

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVI Nov. 2000 31/10/00 Nº 302 Preço 140\$00

• **Capitães-Coronéis**

Posição da ADFA sobre o último documento do Ministério da Defesa Nacional

página 16

• **"Guerra Colonial"**

Presidente da República e Ministro da Defesa presentes no lançamento do livro

página 10

• **Setúbal**

Associados de Setúbal foram a Mérida ver a cidade dos veteranos de há 2000 anos

página 4

• **Especial**

Órgãos cessantes fazem balanço de execução do mandato

suplemento



PORTE PAGO

Sede Nacional
Secretário de Estado
visita ADFA



página 16

DL 503/99
Conselho Consultivo
concorda com a ADFA

página 7

Jornadas Internacionais
HMP promove debate
sobre Stress de Guerra



página 10

Núcleos em Alcobaça
Associados querem
Delegação de Lisboa



página 11

Mais de 2000 elegem novos Órgãos

páginas 8 e 9



Jorge Maurício
Presidente da MAGN



Patuleia Mendes
Presidente da DN



Guedes da Fonte
Presidente do CFN

Tomada de Posse

Sede Nacional - Dia 15 de Novembro - 15h30

Associa-te a este acto solene

FARINHO LOPES

5º Concurso de Pesca Desportiva "Baía do Seixal"

"Participar é ganhar"

"Faltou definir um escalão para pescadores portadores de deficiência", referiu o associado Fernando Carvalho, depois de ter participado no 5º Concurso de Pesca Desportiva "Baía do Seixal", organizado pelos Serviços Sociais dos Trabalhadores das Autarquias do Seixal, com o apoio daquela edilidade e das juntas de freguesia do concelho.

Os oito elementos da equipa da ADFA realçaram que "participar é ganhar", mas defenderam também o "essencial envolvimento familiar, que estimula e apoia o desempenho da Associação nestas provas." Também foi destacado que o apoio logístico à equipa da ADFA foi prestado pelo associado João Margarido.

O convite feito à ADFA possibilitou que os nossos associados conquistassem posições razoáveis na classificação individual, nos 35º, 42º, 51º, 55º, 59º, 62º, 63º e 66º lugares, em 88 pescadores no concurso.

A ADFA ficou classificada em 12º lugar por equipas, tendo concorrido 18 equipas.

"A princípio, não pudemos desenvolver bons desempenhos, pois, com a maré vazia e devido às nossas deficiências, não foram possíveis outros resultados", lembrou Fernando Carvalho.

A equipa da ADFA participou ainda no 9º Concurso de Pesca Nacional organizado pelo Grupo de Pesca Desportiva "Os Abençoados", na Baía do Seixal, no passado dia 22 de Outubro.

A participação da ADFA saldou-se com um 12º lugar por equipas e classificou-se nos 80 primeiros lugares nos escalões individuais (eram 300 pescadores em prova, em 34 equipas).

A equipa de nove pescadores da ADFA foi alvo de destaque na altura da entrega dos prémios, com a intervenção do presidente do Grupo de Pesca Desportiva "Os Abençoados", que realçou a boa participação



da Associação, seguida pela entrega de uma lembrança simbólica.

O associado Jorge Neto destacou-se por ter pescado os 61 exemplares que lhe valeiram o prémio pelo maior número de peixes apanhados no concurso.

R.V.

ADFA no 11.º Congresso Internacional dos Cegos de Guerra

O Congresso Internacional dos Cegos de Guerra (IKK) teve a sua 11ª edição em Brighton, no Reino Unido, de 23 a 27 de Setembro, contando com a presença de 13 delegações, entre as quais Portugal, com representação da ADFA por Jorge Maurício, presidente da MAGN e Abel Fortuna, presidente da Direcção da Delegação do Porto, acompanhados por Pedro Macedo e Pedro Fortuna.

Nos trabalhos preparatórios do Congresso, a presidência solicitou às delegações, com três meses de antecedência, a preparação de um relatório dos últimos três anos de actividade das associações membros, incidindo sobre a situação das pensões e benefícios dos cegos de guerra e propostas de resoluções.

A ordem de trabalhos foi integralmente

cumprida, dela fazendo parte a apresentação dos relatórios das delegações, discussão sobre as pensões e benefícios dos cegos de guerra nos países membros, discussão de propostas de resolução e aprovação das resoluções do Congresso, discussão sobre o futuro da instituição e eleição do seu presidente e vice-presidentes.

A presidência do Congresso esteve a cargo da delegação do Reino Unido e as delegações da Itália, Alemanha e Polónia constituíram a vice-presidência, sendo no final todos reconduzidos nessas funções.

"Ficou bem vincada a profunda necessidade da continuidade do IKK no futuro, rejeitando-se a filiação em qualquer outro organismo internacional, defendendo-se a autonomia do IKK, em virtude das dificuldades específicas dos associados cegos de

guerra", lembrou um dos representantes da ADFA, Jorge Maurício.

Nas conclusões/resoluções do Congresso deliberou-se que a direcção do IKK apresentasse uma proposta de estatutos onde ficassem determinados os princípios, objectivos e constituição orgânica da instituição e que o IKK abra as suas portas a todas as associações de cegos a nível mundial.

Deliberou-se ainda contactar os organismos internacionais, com especial destaque para a ONU, para um reconhecimento do IKK e sua interveniência nesses fóruns.

"O Congresso decidiu ainda fazer um estudo sobre a viabilização económica do IKK, referindo-se a inevitabilidade das associações se quotizarem, de acordo com os recursos de cada uma", referiu Jorge Maurício.

R.V.

Breves

Comparticipação escolar

O Conselho de Direcção do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) já publicitou as normas para atribuição de participação escolar que entraram em vigor no passado dia 31 de Agosto.

As condições para habilitação à participação condicionam o acesso a este benefício aos sócios do IASFA, mediante apresentação, entre os dias 1 de Outubro e 31 de Dezembro, dos seguintes documentos: boletim de inscrição, certificado de matrícula, documento comprovativo de aproveitamento escolar no ano anterior, fotocópia da declaração de rendimentos - IRS do ano anterior - e respectiva nota de liquidação, fotocópia do boletim de vencimentos ou declaração de pensões de ambos os cônjuges, quando for caso disso, do ano em curso, comprovativo de subsídio familiar a crianças e jovens, caso não conste de outro documento, fotocópia do documento onde conste o número de identificação bancária e declaração emitida pela entidade patronal ou Serviços Sociais do cônjuge, onde conste a não atribuição de participação para o mesmo efeito.

Para outras informações os interessados devem deslocar-se à Sede (Departamento de Reabilitação e Apoio Social) ou às delegações da ADFA ou à Sede do IASFA e respectivas delegações, onde estão disponíveis as normas em versão integral.

Associados na natação

A semelhança dos anos anteriores, os associados da ADFA podem continuar a usufruir gratuitamente e com acompanhamento técnico das aulas de natação na Piscina Municipal dos Olivais, no âmbito do Projecto Especial "Desporto e Recreação para Deficientes", da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

Os horários distribuem-se da seguinte forma: dias úteis - 3ª e 5ª feiras, das 12h45 às 13h30 horas e das 13h30 às 14h15 horas; 4ª e 6ª feiras, das 17h15 às 18h00 horas.

As inscrições são efectuadas na secretaria da Piscina Municipal dos Olivais a partir do dia 23 do corrente mês, durante a manhã, sendo necessário apresentar uma declaração do médico (em que se indique que pode praticar natação), três fotografias tipo passe e fotocópia do bilhete de identidade.

Acessibilidade

No passado dia 30 de Setembro, no salão nobre dos Paços do Conselho de Lisboa, realizou-se a sessão de assinatura do Protocolo de Colaboração para a Promoção da Acessibilidade e do Design Universal, sendo parceiros a Câmara Municipal de Lisboa e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Sessões de Hidroterapia

O Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa disponibilizou a sua piscina, a partir do mês de Outubro, para sessões de Hidroterapia aos associados da ADFA.

As sessões de Hidrocinesoterapia e de Hidromassagem Geral devem ser prescritas pelo médico, sendo acompanhadas por uma técnica especializada para os tratamentos.

O preço total das 15 sessões é de 8.805 escudos, podendo os interessados obter mais informações junto do Departamento de Reabilitação e Apoio Social da Sede.

R.V.

Agenda

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª feira de Novembro, dia 2, pelas 21h00 decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Novembro, dias 4 e 18, Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Novembro, das 9h00 às 12h00.

Tomada de Posse

No dia 15 de Novembro, Quarta-feira, pelas 15h30, os associados eleitos para os Órgãos Sociais Nacionais tomam posse para o exercício do mandato para o triénio 2000-2003, na Sede Nacional.

Aniversário do ELO

No dia 23 de Novembro, Quinta-feira, o ELO completa 26 anos de publicação ininterrupta. No dia 25 de Novembro, Sábado, tem lugar um almoço convívio para celebrar o 26º aniversário do nosso jornal.

Congresso Internacional

Nos dias 22, 23 e 24 de Novembro, vai ter lugar o Congresso Internacional "Paralisia Cerebral - Etiologia à Intervenção", organizado pelo Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, em Coimbra.

Fados em Aveiras

No dia 25 de Novembro, Sábado, pelas 20h00 realiza-se a tradicional noite de fados organizada pelo Núcleo da ADFA em Aveiras-de-Cima.

Convívios de Natal

No dia 16 de Dezembro, Sábado, pelas 11h00, terá lugar o Convívio de Natal da Delegação de Évora. (ver programa na página 4)

No dia 16 de Dezembro, Sábado, pelas 13h00 decorre o Convívio de Natal da Delegação de Faro (ver programa na página 6)

No dia 17 de Dezembro, Domingo, pelas 12h00 realiza-se o Convívio de Natal da Delegação de Coimbra. (ver programa na página 4).

Alterações na última edição

Por motivos de falta de espaço, em virtude do que foi publicado sobre o acto eleitoral, não foi possível apresentar na passada edição os textos de alguns colaboradores e as cartas dos associados. Nesta edição retoma-se a habitual linha gráfica com publicação dos referidos artigos e cartas nas páginas 14 e 15.

A Redacção

O ELO corrige

Por lapso, na secção do ELO dedicada às eleições da última edição, na apresentação da lista para o Conselho de Delegação de Coimbra - Lista A, foram erradamente repetidos como conselheiros efectivos os associados João Luís de Matos, Mário Dinis dos Santos e Pedro Miguel Tabor Lourenço, conselheiros suplentes.

Na mesma secção, na apresentação dos candidatos do Conselho de Delegação de Ponta Delgada - Lista registou-se "Conselho de Delegação/Lista A", quando o título correcto deveria ser "Conselho de Delegação/Lista B".

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.

ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com **DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO:** Av. Padre Cruz, Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 **DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO:** Humberto Sertório, Catarina Salgado, Sarmento Coelho, Simão Roças, Nuno Santa Clara, António Abrantes **DIRECTOR:** António Carreiro **REDACÇÃO:** Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) **COLABORADORES:** Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Mgia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katoli, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreiro, Nuno Santa Clara, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. **CONCEPÇÃO GRAFICA - Maquetagem:** João Conceição **PRE-IMPRESSÃO:** Grafibarra, Artes Gráficas, Lda **Quinto da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263. MONTAGEM:** Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 **IMPRESSÃO:** Imprejournal - Sociedade de Imprensa SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 **GRAVAÇÃO DO ELO SONORO:** Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo **Registo da Publicação no ICS:** 105068/77 **Depósito Legal:** 99595/77 **ASSINATURA ANUAL:** 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 500 exemplares

Episódios



José Diniz

Episódios de guerra e de paz

Norte de Moçambique - 1968
150 homens estão confinados a um espaço rodeado por redes duplas de arame farpado e de campos minados junto à fronteira com a Tanzânia. Do capitão ao soldado as condições de alojamento, alimentação e de exposição ao combate são as mesmas. A actividade operacional é intensa. Ao fim de alguns meses, o isolamento, a expectativa da iminência de um ataque, a falta das coisas mais elementares como as batatas, o sabão para tomar banho, o tabaco, o correio, trazem os homens ansiosos e angustiados; os mais vulneráveis já dão sinais de fraqueza.

O cabo Soares está em vias de ficar alcoolizado. Depois de um desentendimento com um furriel, agarrou na G3 e refugiou-se na "terra de ninguém", entre as redes de arame farpado, ameaçando de morte quem dele se aproximasse. Depois de longas conversações, um alferes conseguiu acalmá-lo e desarmá-lo.

Numa noite de breu, o soldado Marcolino está de sentinela num dos postos de defesa e perscruta um movimento junto do perímetro exterior de defesa. Dispara vários tiros, a Companhia acorda em sobressalto e todos correm para os seus postos de combate. Ouvem-se ais de dor e mais nada. O alvejado era um morador de uma palhota próxima que se aproximou demasiado do arame farpado para fazer as suas necessidades fisiológicas. Não resistiu aos ferimentos e o soldado Marcolino ficou psicologicamente afectado para o resto dos seus dias.

O cozinheiro, o escriturário, o mecânico já não aguentam mais aquele isolamento de meses e pedem ao capitão para, de vez em quando, saírem para o mato com os grupos de combate. Homens nados e criados no campo, preferem suportar o rigor das caminhadas, o pó das picadas, o martírio da sede e o risco das emboscadas a estar "fechados".

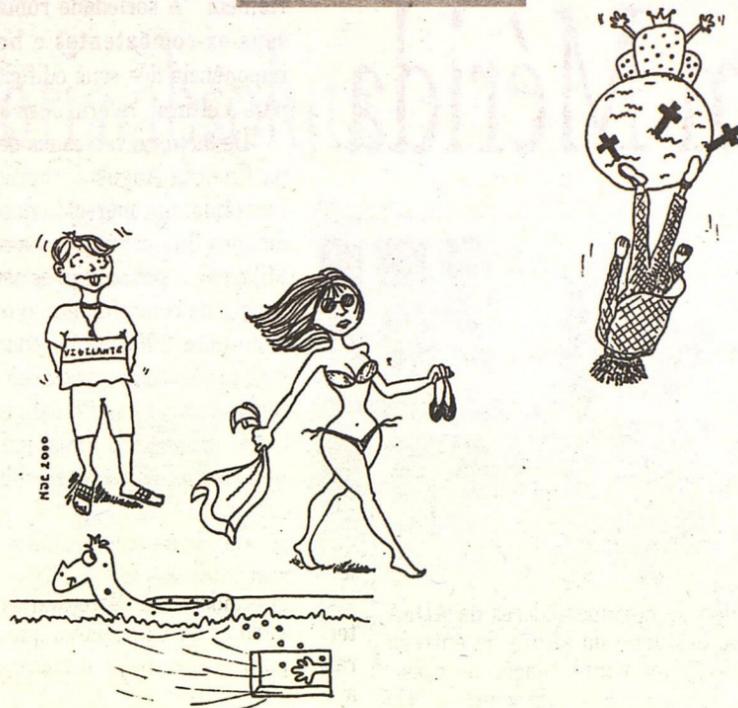
Kosovo - ano 2000

Uma equipa de psicólogos militares portugueses passou alguns dias com os militares do Agrupamento do Exército que se encontra naquele território em missão de paz integrado nas forças da OTAN. O objectivo desta visita foi avaliar do equilíbrio psicológico dos nossos militares e dar apoio a alguns casos problemáticos. Estas avaliações psicológicas já se vão tornando uma rotina nas unidades destacadas no estrangeiro em missões internacionais e são feitas antes da partida, no decorrer da missão e após o regresso, para efeitos de estimação de possíveis danos psicológicos.

Casa do "Big Brother" - Outubro de 2000

O Marco acaba de agredir fisicamente a Sónia, após troca de insultos verbais. Este habitante da casa é um ex-fuzileiro, condição de que se orgulha, e, como elemento de uma tropa especial recebeu instrução de autocontrolo de emoções e de instintos violentos. Mesmo assim perdeu a cabeça, ao fim de 50 dias confinado com os outros elementos do grupo a quatro paredes e em permanente vigilância das câmaras de televisão. Uma equipa de psicólogos acompanha estes jovens para estudar a sua capacidade de resistência e avaliar da sua saúde psíquica. •

Grande Plano



No princípio era o verbo...



Jaime Ferreri

Enquanto a intolerância se confundir com ideologia, enquanto a força das armas se substituir ao diálogo, enquanto os saberes se baralharem para influenciar leigos de matéria, o mundo sobrevive na dicotomia entre vencedores e vencidos.

Era médico e militar. Tirou pedaços de si, em descansos e lazes, para que pudesse prolongar a vida aos demais. Otorrino famoso tratou famosíssimas gargantas... O seu trabalho, a dedicação reconhecida, a fama, com mérito arrecadada, valeu-lhe a morte. Ninguém o julgou, ninguém lhe deu oportunidade de defesa para possível crime cometido. Vivia no sul, longe da reclamada terra basca, longe das culpas com que uma ínfima minoria alimenta o ódio. Não há número de voto que confira estatuto, não há percentagem que suporte uma ideia de libertação. É apenas o grotesco desejo de matar, o jogo cobarde complementado na fuga, quem sabe tão só o imposto revolucionário que lhes alimenta o corpo calaceiro. Ditaram-lhe a morte em nome dum nome que se soletra com as letras da palavra terror; não há liberdade, independência, ideia de nação, pátria, que se fundamente em sangue inocente independentemente de ser juiz, militar, ou político o escolhido. Só uma bala, uma bala com assassina intenção, miseravelmente rouba a vida. Se ao menos fosse um ajuste de contas...

Em ajuste de contas andam pela Palestina os homens. Ninguém controla as massas, as fúrias da disputa, as balas dos soldados em raivas disparadas. As fundas com que se arremessam as pedras são as mesmas do tempo de David e Golias, (tem-se em conta que é quase invencível o Golias de hoje) os ódios tão iguais na disputa de uma terra pequena demais para tantos. Parece ter sido em vão o sacrifício de Cristo, crucificado entre ladrões e assassinos. Por ironia, de ladrões e assassinos se insultam os contendores dia após dia.

Não há palavra que baste nem acordo que frutifique. No entanto, continua a morte como imagem real, como pergamóide a noticiar o mundo. Trabalhar pela palavra, pelo diálogo, pela aproximação entre os povos parece ser, agora, uma espécie de crime; os assassinos a soldo só sobrevivem entre homens que não cultivando a palavra privilegiam o suspeito e desprezam a realidade.

Se as palavras forem debitadas em conta, sem o frenesim em rajada do disparo duma automática, acertando aqui, falhando além, talvez os ouvidos se predisponham a ouvir, num compasso de vida, equilibrado e de respeito mútuo. Sim à palavra mas não ao desequilibrado uso dela, sim ao argumento mas nunca ao abuso da sua utilização.

Presumo o desgosto de perder um filho, de o encontrar afogado nas canalizações dum qualquer AQUA-PARQUE. Reconheço o direito quando condena os culpados. Associo-me à dor e à vitória duma sentença. Perdoava ao pai qualquer desatino verbal... não há dinheiro que pague o sofrer, não há despacho que traga de volta o filho. Mas ouvir do advogado que "há muitas manobras que podem ser utilizadas" quando o estado recorre da sentença faz-me também, a mim, leigo em leis, desconfiar da palavra, da justiça dela. Não há apenas perjúrio das testemunhas. Quando os homens das leis assim falam só nos resta a coragem para duvidar deles por ser "perjúrio" também tal forma fácil de opinar.

O poder da palavra deve cruzar-se com o sentido da cidadania. Não deve entender-se como arma, como capacidade que sobrepõe um homem a outro homem. Enquanto a intolerância se confundir com ideologia, enquanto a força das armas se substituir ao diálogo, enquanto os saberes se baralharem para influenciar leigos de matéria, o mundo sobrevive na dicotomia entre vencedores e vencidos.

E o problema mantém-se. Um vencido não dialoga, sujeita-se. Depois... revolta-se. Só a palavra, no rigor em que a tomamos, tem a força de traduzir a verdade que rege a nossa convivência, o nosso mundo de relação, que, afinal, nos torna iguais sendo diferentes. •

Editorial

Todos na mesma luta



António Carreiro

No passado Sábado, 28, a ADFA foi às urnas e escolheu os seus novos órgãos sociais para o próximo triénio.

Imediatamente se constata uma enorme afluência de associados mais de dois mil - que quiseram transmitir a sua força aos novos dirigentes, para que estes não tenham dúvidas sobre a sua representatividade quando reivindicam as nossas justas e adequadas medidas de reabilitação, integração e reparação moral e material perante os órgãos de soberania.

Essa é a primeira ilação a retirar: os representantes da ADFA tem a representatividade e a força dos associados.

Por outro lado as votações para o Conselho Nacional mostram uma tendência para o equilíbrio que todos os órgãos sociais devem ter presente, no sentido de gerir essa aproximação em direcção à unidade e coesão do tecido associativo, em torno das questões essenciais pelas quais se tem de lutar. Neste aspecto parece também resultar da votação que terá de se ter sempre em conta a dimensão nacional da ADFA, envolvendo toda a Associação em todas as grandes decisões.

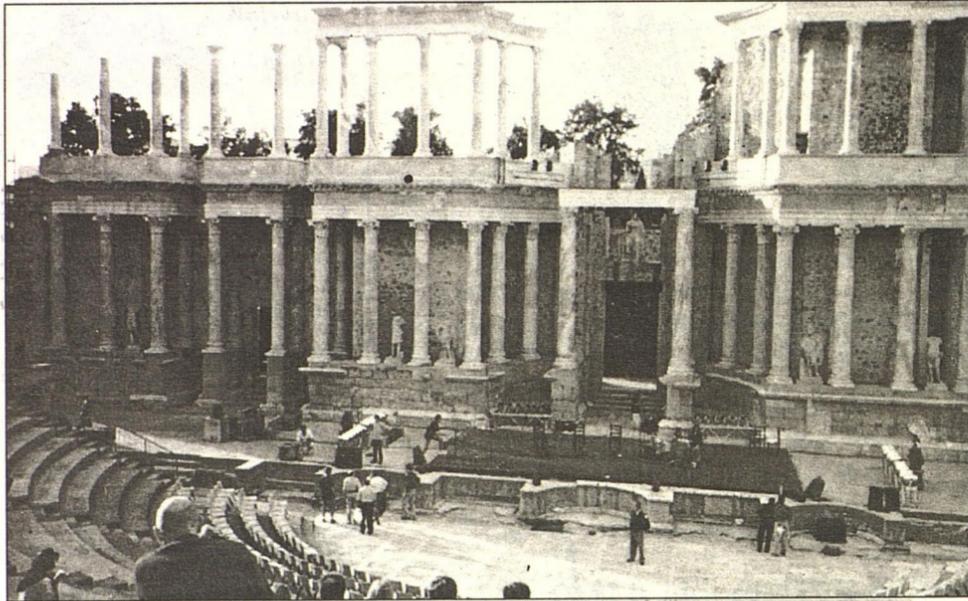
Outro factor relevante nestas eleições é que todas as listas se propuseram levar por diante as conclusões do IV Congresso. Tal significa que já estamos unidos nas questões de princípio e que, conseguir aquela coesão, se encontra de certa forma facilitado, havendo condições para a efectivar, tendo também presente que houve acordo na única lista candidata à MAGN, DN e CFN.

Neste quadro todos têm a responsabilidade de dar o seu esforço e empenho para que os novos órgãos - que têm uma tarefa, difícil, a realizar - desenvolvam a sua acção com ponderação e bom senso, aglutinando a força de toda a Associação e defendam, com todo o afinco, os interesses dos deficientes das Forças Armadas. •

Delegação de Setúbal organiza excursão

Associados em Mérida

PAULA AFONSO



O Teatro Romano foi um dos monumentos visitados

Os associados de Setúbal descobriram as ruínas de um lar de veteranos de guerra de há 2000 anos, no dia 30 de Setembro, numa excursão a Mérida, Espanha, organizada pela Delegação da ADFa em Setúbal.

Os "recuerdos" até incluíram feijão, numa lista de compras em que tudo serviu para encantar os cerca de 60 passageiros que participaram na iniciativa.

Da Delegação de Setúbal partiu-se rumo a

Mérida, com a ideia de realizar visitas a monumentos que contribuíram para a classificação daquela cidade espanhola como Património da Humanidade, em 1993.

José Faria, presidente da Direcção da Delegação de Setúbal e organizador da viagem, realçou o facto histórico que evidencia a cidade de Emerita Augusta - fundada no ano 25 antes de Cristo pelo imperador Octávio Augusto - como um dos primeiros tributos

aos veteranos de guerra na História do Homem. "A sociedade romana valorizava os seus ex-combatentes e honrava-os com a imponência dos seus edifícios, tão avançados para a altura", referiu José Faria.

De facto, os veteranos de Roma ganharam na Emerita Augusta, capital da província da Lusitânia, um merecido descanso, com comodidades que compreendiam o Aqueduto dos Milagres, a ponte com os seus 60 arcos e 792 metros de comprimento, o teatro, com capacidade para 2000 espectadores e onde ainda hoje se efectuam espectáculos, e a arena, onde tantas vezes correu o sangue dos gladiadores e das vítimas das feras, para gáudio de uma assistência habituada ao rubro da morte e dos conflitos.

Os excursionistas viram ainda outros monumentos dos séculos XVI e XVII, bem como as grandes obras da arquitectura do século XX.

No panorama da arte romana visitou-se a exposição "Aquae Aeternae", destacando-se, também durante a visita, o Alcazar árabe e a praça de touros, construída em 1913, em estilo islâmico.

Depois de uma visita onde as riquezas cultural e arqueológica da "cidade do mérito" foram o centro de todas as atenções, o grupo de Setúbal voltou para casa "com imagens e recordações para nunca mais esquecer".

José Faria avançou que "esta é uma experiência a repetir, pelo convívio associativo e familiar que proporciona".

"Já está a ser planeada uma excursão a Santiago de Compostela, outro dos lugares mais deslumbrantes da Península Ibérica", referiu José Faria. •

T.E.

Évora

Convívio de Natal

Realiza-se no próximo dia 16 de Dezembro, Sábado, em Montemor-o-Novo, o convívio de Natal da Delegação de Évora com um programa que tem início com uma concentração na Sede da Delegação, em Évora, pelas 11h e partida para Montemor, às 11h15, do que de estacionamento da estrada piscinas, junto à muralha.

A concentração em Montemor (junto ao cemitério) vai ter lugar pelas 12h00, correndo a homenagem aos camaradas falecidos em combate a partir das 12h30.

O almoço, às 13h00, finaliza o encontro no restaurante "Ao pôr do Sol", com variedades que incluem a actuação do organista Panóias e do grupo de cantares femininos Torrão.

O transporte em autocarro entre Évora e Montemor (ida e volta) é garantido gratuitamente pela Delegação de Évora.

As marcações para o almoço e lugares de autocarro devem ser feitas até ao próximo dia 10 de Dezembro, às 17h00.

O preço do almoço varia entre os 1,50 e 2,50 euros, para crianças (dos sete aos 12 anos) e familiares de associados, e os 2,50 euros para os associados e familiares adultos. Para as crianças com menos de sete anos o almoço é gratuito.

Vão ser oferecidas prendas aos filhinhos netos (menores de 10 anos) dos associados que estiverem no convívio, devendo a inscrição ser feita até ao dia 10 de Dezembro.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES






CONTACTE OS SERVIÇOS DA ADFa
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

CONCESSIONÁRIO **FIAT**



Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 76 • Fax: 760 52 78
 STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
 STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
 ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quijoga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
 PEÇAS: 25%
 OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
 (HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



CONTACTE OS SERVIÇOS DA ADFa

CONCESSIONÁRIO 

Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 76 • Fax: 760 52 78
 STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
 STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
 ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quijoga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
 PEÇAS: 25%
 OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
 (HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Eleições no Porto

Lista A vence com maioria absoluta

A lista A foi a vencedora das eleições para os Órgãos Sociais como para o Conselho da Delegação do Porto. Embora sem concorrência, mais de 94% dos 700 associados compareceram para exercer o seu direito de voto, um número nunca antes alcançado em situações homólogas, elegeram a lista A para seus representantes durante o próximo triénio, reforçando assim o seu apoio à política que tem vindo a ser implementada nos últimos anos.

Em termos nacionais, o resultado apresentou-se um pouco diferente. A lista também venceu para os órgãos Sociais reuniu o apoio de cerca de 68% dos associados contra os quase 32% de votos brancos e nulos. No que respeita à eleição das lista para o Conselho Nacional, a lista A foi a vencedora também 68% dos votos, contra 26% de votos conseguidos pela lista B.

Estas eleições foram marcadas pelo grande empenho dos associados que reuniram esforços para assegurar o acto eleitoral em dez mesas de voto. Porto, Santa Maria da Feira, Ponte da Barca, Chaves, Vila Real, Lixa, Viana do Castelo, Régua, Penafiel e Vila do Conde, foram as localidades, afectas à Delegação do Porto, onde os associados se puderam deslocar para exercer o direito de eleger os seus representantes. A mesa de voto na própria Delegação foi a mais concorrida com 338 votantes, logo seguida de Santa Maria da



ANABELA VIEIRA

Feira com 86 e Lixa com 56. Nas restantes localidades o número de votantes foi mais homogénio, mas bastante significativo tendo em consideração os associados da região. •

A.V.

Quase mil pessoas visitam AJUTEC'2000



A Exponor foi palco de mais uma edição da Ajutec - Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas

com Deficiências. O certame, que decorreu entre 30 de Setembro e 3 de Outubro, teve lugar conjuntamente com a NorMédica.

Visitada por cerca de 8000 pessoas, a Ajutec assume-se assim, como a mais importante feira da saúde alguma vez realizada em Portugal. Num espaço de cerca de 10 mil metros quadrados, mais de 100 expositores deram conta do que de melhor existe em termos de equipamentos, produtos e serviços do sector da saúde e da deficiência.

Este ano o certame contou com duas novidades, o "Espaço de Geriatria", destinado

a produtos e equipamentos para o tratamento e apoio a pessoas idosas e o "Espaço de Estomatologia", onde foram apresentadas as últimas inovações no campo da medicina dentária.

Além da feira, decorreu ainda um conjunto de acções paralelas com especial destaque para o seminário "Sistema de Telecomunicações para Pessoas com Deficiências e Ajudas Técnicas", organizado pela Portugal Telecom, INESC e GUIA - Grupo Português pelas Iniciativas em Acessibilidades. •

A.V.

Delegação do Porto apresenta projecto "Cidade Aberta"



Uma cidade para todos. Este é o assunto que mais se tem debatido quando se fala da integração das pessoas portadoras de deficiência e da necessidade de criar condições à sua autonomia, nomeadamente no que respeita às acessibilidades. As promessas são muitas, mas quando se passa à prática as dificuldades são ainda maiores.

O ELO acompanhou dois deficientes em cadeira de rodas num pequeno passeio pela

cidade. A novidade é que as coisas continuam praticamente na mesma, talvez um pouco agravadas devido às obras de que o Porto está a ser alvo. Desde a falta de rampas nos passeios, até às vias que poderiam ser utilizadas por estas pessoas serem interrompidas por canteiros de flores, passando pela falta de civismo dos nossos condutores que estacionam em cima dos passeios e que impedem a sua circulação, existe de tudo um pouco. Mas acima de tudo, o maior problema com que se debatem é a falta de sensibilidade de quem não tem necessidades especiais. Por isso dizem que "a única solução é ouvir os deficientes". E é isso mesmo que a Câmara do Porto tem vindo a fazer, desde há um tempo a esta parte, através do Pelouro da Qualidade de Vida Urbana. A Delegação do Porto tem sido ouvida pela autarquia e já apresentou mesmo um projecto denominado "Cidade Aberta" que visa organizar a cidade de modo a que as

pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades e de participação na vida económica, social e cultural, assegurando-lhes condições de mobilidade e acessibilidade.

Os domínios de intervenção são vastos. No campo das acessibilidades o projecto contempla áreas como urbanismo, passagens para peões, acessos e mobilidade em edifícios, recintos e instalações desportivas, escolas, salas de espectáculos, parques de estacionamento, entre outros.

A acessibilidade informativa é um outro ponto a destacar, assim como a questão dos transportes.

Uma outra proposta deste projecto é a criação do "Fórum Deficiência e Cidadania" que integre organizações de deficientes e que promova a discussão e o acompanhamento da gestão da política municipal em favor das pessoas com deficiência. •

A.V.

Câmara do Porto recebe ADF

A Delegação do Porto da ADF foi recebida, no passado dia 19 de Setembro pela vereadora do Pelouro do desporto da Câmara Municipal do Porto, Manuela Vieira. Na base deste encontro esteve a apresentação, por parte desta Delegação, dos projectos previstos para a área do desporto. Projectos esses que visam a criação de um conjunto de serviços,

que a concretizar-se poderão ser utilizados não só pelos associados e familiares, como por toda a comunidade local.

No dia 21 teve lugar uma outra reunião, desta vez na delegação do Porto e com o vereador do Pelouro da Qualidade de Vida Urbana, Hernani Gonçalves. O objectivo foi dar continuidade ao trabalho de elaboração de

um projecto que visa a eliminação de barreiras arquitectónicas na cidade. Além da autarquia e da Delegação do Porto, este projecto conta ainda com o envolvimento do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG). •

A.V.

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento
Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30
1º Sábado do mês: 10H00/13H00 e 14H00/17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos
Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão
3ª Feiras das 15H00 às 19H00
Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde
Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá
Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação
4ª Feira - 14H00/17H30
5ª Feira - 9H00/12H30
Hospital Militar
4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)
5ª Feira: 14H30/17H30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho
2ª a Sábado - Marcação Prévia
Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis
2ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/19H00
Sábados - 9H00/19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/14H30
1º Sábado do mês - 12H30/14H30
Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403
22 832 0744
Fax: 22 832 5242



Opinião

O Stress do João

Filho de uma família humilde, o João nasceu e cresceu em Canas de Senhorim, concelho de Nelas, onde frequentou a Escola Primária, que completou com distinção. Em Viseu, frequentou a Escola Comercial até completar o 5º ano comercial do Ensino Secundário.

Os pais do João trabalharam arduamente para darem o melhor ao João e de facto tudo estava a correr de forma a que nada lhe faltasse. O João levava uma vida normal, sem sobressaltos e tudo se conjugava para que assim viesse a acontecer, até que chegou a altura do dever, da obrigação do cumprimento do serviço militar obrigatório.

O João era um jovem com 20 anos de idade e como muitos outros foi chamado à inspecção militar e foi considerado apto, sem qualquer tipo de doença ou mazela. Na altura estava no auge a guerra colonial que se desenvolvia nas três províncias portuguesas de Angola, Guiné e Moçambique. O João, depois de ser novamente inspecionado, foi incorporado, fez a recruta e a especialidade, passados poucos meses foi enviado para a guerra, em defesa da Pátria, para a província de Moçambique.

Na província de Moçambique, a companhia do João foi colocada entre Vila Pery e Tete, zona do Guru, no mato, tendo aí a actividade de controlo de transmissões de Infantaria, saindo com frequência em operações de reconhecimento de campanha, tendo sofrido diversos ataques, em alguns houve feridos e mortos. Aos poucos, o João começou a sentir alterações de comportamento, sempre nervoso, preocupado com o estado de guerra que se vivia, com muito medo, até que, certo dia, o João foi chamado a integrar um grupo de combate para efectuar uma operação a uma base do inimigo, no meio da mata intensa, como o são as matas Africanas. Chegado à base inimiga, o João depara com um

cenário horrível. O inimigo já se encontrava todo aniquilado, uns sem braços, outros sem pernas, sem cabeça, um autêntico massacre, tudo estava decepado, enfim, uma autêntica catástrofe horrível, que provocou no João um estado de choro constante, não voltando mais a ser o mesmo. A partir daí, a vida do João passou a ser um inferno: Efectuou algumas consultas nos Hospitais militares, acabou a comissão e já em Lisboa foi mandado para casa, abandonado e entregue ao revisor do comboio em Santa Apolónia-Lisboa, que por sua vez o fez desembarcar em Canas de Senhorim, sua terra natal, onde desembarcou cerca de meia noite de um dia de Novembro de 1974, desconhecendo onde se encontrava; já em casa não conhecia os pais, que o criaram, o viram partir saudável e agora o recebiam totalmente incapacitado para a vida.

Moral da história, os pais do João criaram o João, este foi bom para o serviço militar obrigatório, e enviado para a guerra, em defesa da Pátria e esta Pátria, que todos sabemos e conhecemos, abandonou-o à sua sorte. Os pais do João morrem e o João fica sozinho e doente no mundo, abandonado, sem ninguém.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Delegação de Viseu, move junto da Instituição Militar um processo, cujo despacho foi "considerado como adquirida a doença em serviço, com a desvalorização de 90 por cento", com um quadro clínico designado "esquizofrenia", não podendo por isso ser considerado DFA.

Enviado o processo à Caixa Geral de Aposentações, a Junta de revisão reunida em sessão de 89/10/10 foi de parecer que as lesões apresentadas não resultaram de acidente ocorrido no exercício das suas funções e por motivo do seu desempenho, pelo que atendendo ao artº 127º do Estatuto da Aposentação, não tem direito a uma pensão de invalidez.

O João chora, o João grita, o João clama por justiça, o João passa parte do tempo internado

no Hospital Psiquiátrico de Abraveses do Hospital de Viseu e a outra parte sozinho em casa.

O João tem feito coisas como gastar à Portugal Telecom cerca de nove mil contos em chamadas, das quais foi ilibado por intervenção da ADFA junta da PT; o João foi a Lisboa à ADFA dar uma entrevista a um Jornal Nacional e aí contou a sua história de guerra à espera de que alguém olhasse para ele, o acarinhasse e o reconhecesse como Deficiente das Forças Armadas.

A lei 46/99 foi aprovada e regulamentada pelo DL 50/2000, mas este decreto para o qual o João trabalhou, contribuiu, não o vai beneficiar porque a sua doença, esquizofrenia, foi considerada como adquirida em serviço.

Para o João ficar abrangido por este Dec. Lei, a doença tinha que ser considerada em serviço de campanha, perturbação pós-stress traumático, vulgar stress de guerra!

O João foi chamado a cumprir o serviço militar obrigatório e foi de boa saúde, foi enviado para a guerra defender a Pátria e veio doente. Eu não sou doutor, não sou advogado, mas sei que a Lei está mal, por isso peço aos juristas da ADFA e aos responsáveis deste País que olhem para os muitos Joões, Zés, Tóinos e Maneis de todo o Portugal, que sofrem e vivem os horrores da guerra que sejam acompanhados e tratados, e que seja criada a legislação adequada e nos casos em que se reconheça haver direito a uma indemnização, sejam ressarcidos ao que tiveram direito.

Como dirigente associativo custa-me ver os combatentes a sofrer desta forma e sem alteração ao Estatuto de Aposentação não vislumbro a luz ao fundo do túnel para resolver estes casos. O que mais me custa é ter que explicar ao João que, afinal, a Pátria pela qual lutou não o vai ajudar em nada e o João vai ter que continuar sozinho!

João Gonçalves

Cicloturismo Serra Acima

A Organização primou e felicita-se pela prova que soube organizar de forma a que os cicloturistas se sentissem disinhados no primeiro dia de prova, para depois no outro dia, enfrentarem a terrível subida da Serra da Estrela.

No dia 30 de Setembro, os ciclistas partiram de Castelo Branco, às 13h30, e dirigiram-se a Alpedrinha, Fundão e Covilhã, com chegada à Praça do Município cerca das 18h30. O primeiro dia de prova foi percorrido com grande vontade, primando a ADFA por chegar nos lugares da frente.

No dia 1 de Outubro, decorreu com chuva miudinha até às Penhas da Saúde e chuva miudinha gelada, no alto Serra da Estrela. A ADFA representada nesta prova, pelos ciclistas Costa Pinto, Francisco Baptista, João Gonçalves (júnior) de Viseu e o amigo Noronha da ADFA do Porto, que depois de um brutal acidente com a sua bicicleta (ver notícia no ELO deste ano) que o lançou para o leito do Hospital, onde permaneceu em coma durante algum tempo, apesar da recuperação ainda não ser a melhor, foi à serra acima a trepar como só os heróis sabem fazer, chegando na frente, fazendo inveja a muitos profissionais. Caro Amigo desejamos a tua total recuperação e para o Ano lá estaremos, prontos para apoiar, como fez este Ano o João Pereira no seu próprio carro e o João Gonçalves na carrinha da ADFA de Viseu.

No final no Parque da Serra da Estrela conviveu-se num magnífico almoço confeitado pela D. Madalena e pela D. Iva, sempre prontas a colaborar com a ADFA, a quem agradece a sua generosidade.

João Gonçalves

Aveiras de Cima Grande Noite de Fados

O Núcleo da ADFA em Aveiras de Cima vai realizar o já tradicional convívio associativo com uma noite de fados, no dia 25 de Novembro, na Casa do Povo de Aveiras de Cima.

O jantar vai ter início pelas 20h00 e a sessão de fados vai decorrer a partir das 22h00.

Os fadistas que vão animar a noite são: António Catarino, Zé Miguel, Joaquim Calisto, Lurdes Amador, José Eduardo, Fernanda Santos, José Bernardino, Pedro Carniça, Joaquim Júlio, Maria Luzia, Alexandre Almeida, Helder Lopes, Fátima Regateiro, Nuno Almeida, Jorge Alberto, Gia Amador, Miguel Ouro. A acompanhar as vozes vão actuar Nuno Ezequiel, guitarrista e à viola, Pedro Barrocas.

O preço por pessoa, com jantar e restante convívio, é de 2.000 escudos e para quem apenas quiser assistir ao convívio é de 1.000 escudos. Incluídos nos preços estão a água-pé e as castanhas à discrição.

As marcações podem ser feitas pelo telefone para os números 263 475666 e 263 476305.

Esta iniciativa conta com o apoio da Câmara Municipal de Azambuja, das Juntas de Freguesia de Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambuja e Vale do Paraíso, da Modis de Azambuja e da Transfostejo.

Coimbra Convívio de Natal

O almoço de Natal da Delegação de Coimbra deste ano é organizado pelo Núcleo da ADFA em Leiria e terá lugar no próximo dia 17 de Dezembro, Domingo, na aldeia de Santo Antão (Estrada Nacional 1 - 2440-901 Batalha)

O programa do convívio associativo de Natal inclui, pelas 12h00, a recepção dos camaradas e familiares e a recepção dos convidados pelas 12h45. O início do convívio vai ter lugar pelas 13h15, com o almoço em que o combinado de matança, sopa de abegão, bacalhau aldeão, perna de porco "à padeiro", doce da casa ou salada de fruta, águas, refrigerantes e vinhos regionais, café e digestivo, vão fazer parte da ementa.

Na "Tarde dançante com lanche" organizada pelo Núcleo de Leiria vai haver caldo verde na malga com tora, broa com chouriço aldeão, carnes frias, croquetes, rissóis, pastéis de bacalhau, espumante natural e bolo rei.

Durante a tarde haverá sempre música e os participantes vão contar com a actuação de um rancho folclórico.

O custo por pessoa é de 4.500 escudos e as inscrições são até 30 Novembro próximo, sendo a partir desta data o valor de 5.000 escudos por pessoa. As inscrições são feitas na Delegação de Coimbra, através do telefone 239 814 644 e no Núcleo de Leiria, através do telefone 244 823 725, e podem também ser efectuadas no próprio dia, pelo preço de 6.000 escudos por pessoa. O pagamento pode ser efectuado através de cheque em nome da ADFA - Núcleo de Leiria.

ADFA celebra 5 de Outubro



A ADFA esteve presente nas comemorações do dia 5 Outubro, em Coimbra, a convite do presidente da Câmara Municipal daquela cidade, Manuel Machado.

O conselheiro de Delegação José Fernandes foi o representante da Associação e fez-se acompanhar com o estandarte ADFA, junto do busto de António José Almeida, onde o autarca conimbricense colocou uma coroa de flores.

Angariação de fundos

A Delegação de Coimbra recebeu as seguintes ofertas dos associados para as novas inscrições da Sede da Delegação: Valdemar M. Moço com 10.000 escudos, Manuel N. Ribeiro, 7.500 escudos, Eduardo A. Cruz, Rogério Martins, José P. Tomé, com 5.000 escudos, Altino L. Brites, 4.000 escudos, Manuel Simões com 2.000 escudos.

Faro Festa de Natal

O almoço-convívio de Natal da Delegação Faro realiza-se no dia 16 de Dezembro, Sábado, na Cooperativa de Consumo Popular de Faro (COOPPOFA), pelas 13h00, com o preço de 3.000 escudos por pessoa.

Este ano, como no ano passado, o encontro decorre na COOPPOFA, com entradas de milho e leitão, arroz de marisco, entrecosto e emmeadas ou frango no churrasco, vinhos, sumos à descrição e cafés, fruta ou doce, sempre com música para quem gosta de dançar. Lembrou Nicolau Rufino, presidente da Delegação de Faro.

A Cooperativa de Consumo Popular de Faro fica na rua Dr. Emílio Campos Corôa e o telefone para eventuais contactos é 289862094.

As inscrições devem ser feitas directamente para a Delegação de Faro, até ao dia 12 de Dezembro, para o telefone 289 828515.

"A boa disposição não pode faltar, se quiser contar anedotas contamos contigo nesse dia de apelo deixado por Nicolau Rufino, que promete uma festa animada."

26.º Aniversário do ELO

No dia 25 de Novembro, Sábado, encontro de âmbito nacional na Sede, com início às 13h00.

PARTICIPA!

5ª reunião do CCADFA

Proposta da ADFA aprovada

A proposta da ADFA no sentido de sustentar a entrada em vigor, para os militares, do DL 503/99 (acidentes e doenças profissionais da Função Pública), foi aprovada na generalidade pela Defesa, segundo informação do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), na reunião realizada no dia 19 de outubro, no Ministério da Defesa Nacional (MDN), em Lisboa, em que participaram os representantes da ADFA, Catarino Salgado e Santa Clara Gomes, respectivamente, 1º vice-presidente e 2º secretário da Direção Nacional (DN).

"A Defesa já entregou uma proposta de autorização legislativa, para que o MDN possa promover reuniões entre a ADFA e os departamentos jurídicos do Ministério das Finanças e da Caixa Geral de Aposentações (CGA), para delinear um novo diploma especificamente destinado aos militares", salientou Catarino Salgado.

Sobre as deslocções para tratamento médico, aquisição de nacionalidade e qualificação como deficiente militar dos ex-combatentes dos PALOP, foi informado que se realizou uma reunião inter-ministerial onde foi analisada a possibilidade da atribuição de pensões sem exigência da nacionalidade portuguesa, e o modo de reduzir e acelerar os processos no Exército.

A ADFA lembrou a necessidade da realização de um levantamento e estudo em Moçambique, para o qual são necessários meios, e realçou a urgência de se encontrar um local de acolhimento definitivo para os deficientes militares dos PALOP que se encontram em Portugal a tratar dos seus assuntos e que, provisoriamente, se encontram alojados no Regimento de Transmissões, em Lisboa.

A ADFA informou que se aguarda ainda a marcação de nova data para audiência com a presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, para debater a situação do Lar Militar, continuando, no entanto, a colaboração entre as instituições, através do Departamento de Reabilitação e Apoio Social da Sede.

A ADFA referiu também que a Direção Geral de Pessoal do MDN vai insistir junto do ministro da Defesa para que a revisão do prazo consagrado no DL 319/84, para os deficientes civis das Forças Armadas - milícias, se efectue através de diploma apropriado.

Catarino Salgado referiu ainda que "as questões relacionadas com as disparidades entre a percentagem de incapacidade atribuída pelas juntas militares e da CGA e com a contagem do tempo de serviço para aposentação dos deficientes militares, assim como as propostas da ADFA sobre estes assuntos, se encontram na Secretaria de Estado da Defesa Nacional." A proposta da ADFA sobre a atribuição dos graus de incapacidade incide sobre os casos com dez por cento ou mais de disparidade e sobre os deficientes em serviço. "Quanto à contagem do tempo de serviço, é necessário que o MDN tome a iniciativa de propor um diploma legislativo", lembrou o representante da ADFA.

Foi informado que estão a preparar-se os protocolos e diplomas necessários à implementação da Rede Nacional de Apoio prevista na Lei 46/99 (Stress de Guerra), depois de realizada uma reunião entre os serviços de saúde militar dos três ramos das Forças Armadas, a Defesa e os representantes do Ministério da Saúde. "As organizações não-governamentais vão ser chamadas a opinar sobre esses documentos logo que seja possível", destacou Catarino Salgado.

Sobre o DL 134/97, foi referido que a

contraproposta da ADFA apresentada ao MDN no dia 12 de Outubro vai ser estudada pelos juristas do ministério, para apresentação ao ministro da Defesa, visto que, em despacho, este membro do governo referiu ser necessário preparar um diploma que resolvesse "as inconstitucionalidades presentes no DL 134/97."

Foi avançado que o Departamento Jurídico do MDN entende estar a cumprir as normas da jurisprudência existente sobre a clarificação dos conceitos Campanha/Serviço. Há meses a ADFA enviou um ofício ao ministro da Defesa Nacional solicitando uma solução política para o assunto.

Todo o CCADFA é de opinião de que a interpretação daquele Departamento Jurídico "está errada e é altamente lesiva dos interesses dos deficientes militares."

Sobre a aplicação dos descontos da transportadora açoreana SATA que até agora não tem sido cumprida, prejudicando os nossos associados, foi informado que se encontram no caderno de encargos do novo contrato para cumprimento do estipulado no DL 43/76.

Foram ainda abordadas as questões referentes ao requerimento indeferido pelo Chefe de Estado Maior da Armada, respeitante a uma situação de stress de guerra de um associado - manifestando a ADFA vigorosa discordância. Outras propostas, como a gratificação de serviço pára-quedaista e o Imposto Automóvel, não se encontram ainda concluídas.

Antes da ordem de trabalhos a ADFA alertou para a contradição que a questão da classificação em Campanha do acidente que originou a morte de dois militares portugueses em Timor encerra, diferindo da classificação atribuída aos deficientes militares da Guerra Colonial.

Sobre a manifestação da Apoiar de Braga, a ADFA afirmou que, embora não estivesse institucionalmente presente, não deixa de apoiar a reivindicação respeitante ao tempo de serviço. •

R.V.

Dia da Bengala Branca ACAPO sensibiliza ministro



FARINHO LOPES

Ferro Rodrigues, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, tentou, em vão, comprar um bilhete numa máquina do metro em Lisboa, numa experiência proposta pelos jornalistas, durante as celebrações do Dia da Bengala Branca, no dia 16 de Outubro, em Lisboa.

Depois de observar a pequena exposição montada pela ACAPO na estação do metro do Marquês, Ferro Rodrigues prometeu para breve "novas regras no acesso a uma carreira na Administração Pública", aplicando a quota de cinco por cento no emprego para pessoas portadoras de deficiência, há algum tempo defendida e nunca aplicada.

Consciente de que ainda há muito a fazer para melhorar as condições de vida autónoma dos cidadãos portadores de deficiência visual, Ferro Rodrigues lembrou que "as participações distribuídas por deficiente não pagam o custo total de equipamentos informáticos necessários a um cego, por exemplo."

José Arruda, presidente da ACAPO, referiu que esta iniciativa foi "importante para a sensibilização do poder político e da opinião pública", destacando a presença do ministro da Ciência e da Tecnologia e do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre outras entidades, como evidência de que a sociedade está interessada nos direitos dos cegos portugueses. •

R.V.

Crónica desportiva

XVII Seixalíada

Realizou-se no passado dia um de Outubro a prova anual de cicloturismo organizada pela Câmara Municipal do Seixal. Há 16 anos que esta autarquia vem dedicando uma especial atenção ao cicloturismo. Ainda me lembro de participar no primeiro passeio e, embora a modalidade ainda não estivesse tão desenvolvida, já contou com uma boa participação e desde então não parou de evoluir, sendo hoje uma das melhores organizações do género.

A equipa de ciclismo da ADFA quis estar presente e em boa hora o fez, pois todos os seus

elementos ficaram satisfeitos por participar numa prova tão bem organizada e em que tudo nos correu da melhor maneira, em que a maior atenção do público se centrava na nossa bicicleta de dois lugares pois era a única deste tipo no pelotão e chama sempre a atenção das pessoas, uma vez que no lugar de trás participa um cego ou um amputado.

Quanto a prémios esteve fraco, mas como o que conta é a intenção, para o ano lá estaremos outra vez.

Dias mais tarde, a 15 de Outubro, voltámos a estar presentes no passeio anual de cicloturismo em Tires, que nos correu muito bem - ninguém caiu, e não choveu como estava previsto.

Como o nosso leitor já se deve ter apercebido, a equipa da ADFA tem ciclistas inscritos

em várias classes da modalidade, o que nos dá a vantagem de participar em passeios de cicloturismo, provas de competição para veteranos (porque os nossos ciclistas têm mais de 50 anos) e ainda vamos participando em algumas provas de competição para deficientes, digo algumas porque no caso dos tandens temos sido bem aceites, mas há organizações de deficientes civis que não consideram que temos elegibilidade para aquelas provas. Este assunto dá "pano para mangas" mas ainda não houve ninguém interessado em discuti-lo.

A equipa de ciclismo/cicloturismo da ADFA mostra-se dinâmica e disposta a continuar a participar nos eventos desportivos desta modalidade agendados para a próxima época. •

Farinho Lopes



RAFAEL VICENTE



Aniceto Afonso Carlos de Matos Gomes

A GUERRA COLONIAL

Um álbum com mais de 600 páginas e com quase mil fotos inéditas, mapas e infografias das grandes operações

notícias

O PRAZER DE LER ■ A PAIXÃO DE EDITAR ■

ENCOMENDE JÁ COM DESCONTO

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____ Localidade _____
Telefone _____ Profissão _____ Data de nascimento _____
 Levantar na ADFA (sem portes)
 Envio

Junto envio cheque no valor de 8820\$00 mais portes* de envio à ordem de ADFA
*Portugal 345500/UE 2580500 (resto do mundo 5175500)

2000 associados manifestam força da ADFA

"Vence a ADFA" foi a expressão mais ouvida durante o acto eleitoral nacional que teve lugar na ADFA, no passado dia 28 de Outubro.

O movimento invulgar que fervilhava na Sede Nacional, onde esteve instalada uma das 38 mesas de voto para as eleições, traduzia a vontade que os associados sentem de debater os seus problemas e as perspectivas de futuro que se apresentam para a Associação.

"Uma votação muito concorrida e participada", concluiu Jorge Maurício, ao fim de um dia repleto de contacto directo com os associados votantes, que culminou com os inevitáveis telefonemas para as delegações, para apurar os resultados eleitorais.

Os novos Órgãos Sociais Nacionais (OSN) saíram reforçados pelos votos de 1.685 associados, com 313 votos brancos e 24 nulos.

Na sede, 446 associados deram o seu aval aos novos OSN, com seis votos nulos e 31 brancos, sendo a Delegação do Porto a detentora do "recorde" de votações, com 478 associados a exercerem o seu voto favorável, com 211 votos brancos e 11 nulos.

Em opção estiveram duas listas ao Conselho Nacional (CN), sendo a votação renhida



Mais de 2000 associados exerceram o seu direito de voto

e o resultado final de sete conselheiros para a lista A e cinco para a lista B.

Na área da Sede, com oito mesas de voto em funcionamento, votaram para o CN 483

associados, 365 dos quais optaram pela lista B, votando 103 na lista A, com nove votos nulos e seis em branco.

Nas oito mesas de voto na área da Dele-

gação do Porto, os 700 associados dividiram-se entre os 477 que escolheram a lista A, o CN e os 184 que votaram B, sendo 17 votos nulos e 22 em branco.

Ao todo foram 1108 os apoiantes da lista A e 843 os da lista B, com 44 votos nulos em branco.

Nos Órgãos Sociais das Delegações, em virtude de se terem apresentado candidaturas em lista única, o acto eleitoral não fugiu à normalidade de mais uma etapa em que os associados demonstram o seu apoio aos candidatos localmente, defendem os seus direitos e a comunidade.

A excepção foi para a Delegação de Ponta Delgada, Açores, onde se apresentaram duas listas à escolha dos associados da zona.

A lista A, vencedora com 65 votos contra os 35 da lista B, viu também eleitos os candidatos ao Conselho de Delegação, com um resultado de 63 contra 34 da lista adversária.

Ao fim da noite do dia 28, os associados que ainda resistiam ao cansaço de um dia cheio de emoções e discussão associativa puderam constatar os resultados, trocando entre si cumprimentos pela vitória da ADFA.

Patuleia Mendes, novo presidente da Direcção Nacional em entrevista ao ELO

Uma nova forma de estar

Rafael Vicente

Na primeira entrevista ao ELO o novo presidente da DN defende uma ADFA interventiva a todos os níveis, com grande participação associativa de Bragança aos Açores e uma nova forma de estar com uma filosofia distinta.

ELO - O que significa para si ter sido eleito presidente da DN da ADFA?

Patuleia Mendes (PM) - Como elemento de qualquer Órgão Social Nacional ou Local, represento um serviço.

ELO - Do programa de acção dos novos órgãos, quais são as prioridades?

PM - Vamos, em primeira instância, recuperar o verdadeiro espírito associativo que levou à criação da ADFA em 1974. Vamos recuperar o espírito que esteve na base dos órgãos que tomaram posse em 1995, razão pela qual creio que agora se conseguiu um consenso nacional para que aparecesse uma única lista aos OSN. Há que recuperar a

confiança associativa e esta garantia de que os associados vão passar a intervir directamente, objectivamente, na política associativa, criando a maior abrangência e o maior consenso de ideias para que os futuros órgãos possam decidir de harmonia com a vontade da grande maioria dos associados desta casa.

ELO - Qual acha que vai ser a exigência dos associados ao seu novo presidente?

PM - Vão exigir a abertura interna e externa da ADFA, a seriedade de procedimentos e a defesa dos direitos mais prementes dos associados mais desprotegidos e carentes de que a Nação lhes preste justiça.



ELO - Perante as entidades oficiais qual é a sua perspectiva para um futuro próximo?

PM - Espero que a futura Direcção Nacional seja um procedimento muito aberto e abrangente com as entidades com quem vai relacionar. Parece-me, pelo que tenho percebido, que o relacionamento actual é estreito. Portanto, defendemos uma grande abertura, uma grande seriedade, um diálogo franco e firme com todas as entidades nacionais e locais.

A ADFA vai lutar para que a nossa participação seja reconhecida como parceira nas áreas da Reabilitação e para que, além da sua participação renovada no CNRIPD, nada se faça nesta área no País sem a nossa voz ser ouvida e a nossa ideia implementada.

ELO - Como vai praticar-se a aproximação dos associados que a sua campanha defendeu na campanha? O que vão fazer para captar os associados e manter a ADFA coesa e participativa?

PM - Não se defendeu a aproximação de si. É significativo e tem-se notado aqui na zona de Lisboa o facto de hoje, na Sede, estarem a votar associados em

Órgãos Sociais Nacionais eleitos (MAGN, DN e CFN) para o triénio 2000-2003

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício n.º 208
1º Secretário José Machado Dinis n.º 311
2º Secretário Luís Manuel de Almeida Ramos n.º 3470

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente Cândido Manuel Patuleia Mendes n.º 519
1º Vice-Presidente Artur José Caldeira Vilares n.º 8626
2º Vice-Presidente Joaquim Mano Póvoas n.º 252
1º Secretário José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes n.º 14170
2º Secretário António Capela Ferreira Gordo n.º 13581
3º Secretário José Maria Rosa n.º 52
Tesoureiro Orlando Álvaro Correia n.º 209

CONSELHO FISCAL NACIONAL

Presidente Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte n.º 2943
Secretário António Cotrim Viana n.º 2429
Relator Armindo Marques Matias n.º 53
1º Vogal Mário Gomes Silveira n.º 91
2º Vogal Fernando Jesus de Sousa n.º 210

Conselho Nacional da ADFA

CONSELHEIROS

Humberto Sertório Fonseca Rodrigues n.º 150
Jerónimo Dias Moreira de Sousa n.º 8237
Augusto António Catarino Salgado n.º 6627
Manuel Rocha Ferreira n.º 3144
Amândio Acácio Pires n.º 2075
António dos Santos Carreiro n.º 1334
João Manuel Sarmento Coelho n.º 1868
José Eduardo Gaspar Arruda n.º 593
José Martins Maia n.º 244
Alberto Manuel Brum da Costa n.º 9
António do Carmo Vicente n.º 9359
José Elias Gabirro Fernandes n.º 4758

PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ASSOCIADOS

Na final de exercício a Direcção Nacional apresenta um balanço de 5 anos de mandato aos associados.

Em preocupação de realizar um levantamento exaustivo, em 45 pontos a DN publica o que foi feito e o que ficou por fazer, realçando a produção legislativa neste período, bem como a evolução patrimonial da ADFA desde 1995 até hoje.

Não tem sido uso na ADFA, as direcções santes, que entretanto não se recandidam, apresentarem aos associados que os geram, o balanço da sua actividade durante o período em que exerceram funções.

É óbvio que todas elas, por motivos estatutários e legais, apresentaram o Relatório e contas no final de cada ano económico, mas este não pode, porque não tem por objecto esse considerato, fazer uma análise global da prestação de uma direcção durante um período mais alargado.

Entendemos assim que o devíamos fazer,

mas das propostas que entretanto propusemos nos dois actos eleitorais tenham caído no esquecimento, razão pela qual passamos a apresentar essas mesmas propostas, tal como apresentadas na oportunidade, assim como a situação quanto à sua realização:

Mandato de 1996/1997

O que propusemos e o que executámos

1 - Depois das transformações efectuadas no Serviço de Apoio aos Sócios, pretende-se melho-



Serviços Clínicos na Sede Nacional da ADFA

o só por respeito aqueles que conosco laboraram, mas também por todos os outros que acreditaram no projecto que apresentamos e usufruíram.

Este projecto, que teve como princípio a descentralização e a participação dos associados, "Uma ADFA de Todos para Todos", e a sua abertura a outras Organizações Não Governamentais, civis e militares, conseguiu dar os primeiros passos na transformação de uma associação com implantação nacional, numa ADFA de dimensão nacional, em que todos os associados, através dos dirigentes das suas delegações, puderam participar activamente na construção deste objectivo e consequentemente na resolução dos problemas que ainda hoje afectam muitos dos nossos camaradas.

Esta aderência consubstanciou-se na participação dos deficientes militares, em largas sessões de reuniões e confraternizações, nas Delegações, a nível nacional, sendo de destacar a manifestação pública, em Coimbra, na sequência da Assembleia Geral Nacional ali realizada; a manifestação, na Cidade de St. Maria da Feira, aquando da comemoração do 25º Aniversário da Associação e o encontro comemorativo do 25º Aniversário da ADFA, em Lisboa, nas instalações da FIL, em que se reuniram cerca de 2.000 pessoas.

Esta participação só foi possível pelo empenhamento e dedicação demonstradas pela grande maioria dos Órgãos Sociais das nossas delegações.

É pois natural que, passados 5 anos, algu-

rar a eficácia do atendimento, numa perspectiva integrada humanizante, em que as vertentes administrativa, social e jurídica funcionem de um modo coordenado.

Este serviço será responsável pelo apoio aos associados internados nos Hospitais, e desencadeará acções de acompanhamento domiciliário com encaminhamento para as estruturas de apoio médico-social.

1 - Executada e em funcionamento, com o reforço de técnicos juristas em Lisboa e no Porto.

2 - Será preocupação permanente o modo como se processa o fornecimento de próteses e ortóteses aos deficientes nos Hospitais Militares.

2 - Significativo melhoramento no processo de fornecimento das ajudas técnicas, nos Hospitais Militares.

3 - Na área do apoio clínico, para além de se continuar a assegurar as consultas de Clínica Geral, Psiquiatria, Urologia, Psicologia Clínica e Análises Clínicas, pretende-se implementar de imediato consultas de Fisiatria e Estomatologia e tratamentos de Fisioterapia nas instalações que estão a ser preparadas para o efeito no Edifício-Sede.

3 - Executada e em funcionamento, sendo também, postas em funcionamento as valências de Gastro, Acunpuntura e Próteses Dentárias.

4 - No respeitante ao Bar-Restaurante temos como objectivo abrir o serviço aos sába-

dos, a título experimental, logo que os sistemas de controle de custos e o recrutamento do pessoal tenham lugar.

4 - Foi feita experiência, mas não resultou.

5 - Sob o ponto de vista de gestão global esta lista considera fundamental a implantação definitiva do sistema de centros de custo, por áreas de actividade, com o objectivo de melhor rentabilizar os recursos financeiros existentes, evitando gastos supérfluos que se reflectem em prejuízos directos no apoio aos associados.

5 - Executada e em funcionamento.

6 - A melhoria da imagem da ADFA será uma preocupação dominante, criando-se internamente os serviços necessários para o conseguir.

Nesse sentido será reforçada a actividade do Gabinete de Estudos e Documentação, destinado à recolha de documentação técnica de reabilitação e à criação de dossiers específicos sobre legislação aplicável aos deficientes militares.

Neste gabinete será incluído a área dos Audio-visuais e criadas condições para a divulgação da ADFA através da Internet.

6 - Executada e em funcionamento, embora com alterações em termos de estrutura organizativa.

7 - Será reformulado o serviço e Formação Profissional de modo a melhor servir os associados e seus familiares.

7 - Executada e em funcionamento.

8 - Será desenvolvido um programa de Formação Profissional destinado aos trabalhadores.

8 - Executados cursos na área comportamental e novas tecnologias e outros no exterior.

9 - Será mantido o serviço prestado pela ADFA na formação de jovens deficientes civis, como forma de prestação de serviços e de solidariedade com a sociedade em geral.

9 - Executada e em funcionamento.

10 - Será prosseguido o despiste, tratamento e acompanhamento dos associados e seus familiares afectados pelo "stress de guerra".

10 - Executada e em funcionamento.

11 - Serão criadas condições para descentralizar este apoio às delegações da ADFA, a partir dos polos já existentes em Lisboa e no Porto.

11 - Não executada, por falta de condições materiais e financeiras. Foi, no entanto, apresentado um projecto, neste sentido, ao MDN.

12 - O Jornal ELO continuará o seu processo de remodelação, em termos gráficos e de qualidade da informação, de modo a constituir-se como uma referência no âmbito da imprensa especializada nesta área. Será mantida e reforçada a independência do órgão de informação da ADFA face à Direcção.

12 - Executada e em funcionamento.

13 - Será tarefa prioritária a criação de condições para o exercício da acção de Órgãos verdadeiramente nacionais.

13 - Executada.

14 - De entre as medidas que serão postas em prática, destacam-se a criação de condições

para a constituição de uma Delegação em Lisboa, na sequência do disposto nos Estatutos, e o reforço da ligação institucional e associativa entre os Órgãos Nacionais e os Órgãos Sociais das Delegações e Núcleos.

14 - Executada.

15 - Será reforçado o apetrechamento das Delegações a nível informático, no sentido de modernizar os sistemas e métodos de trabalho em vigor.

15 - Executada.

16 - A lista propõe-se assegurar o bom relacionamento com todos os órgãos de soberania, com as Forças Armadas e com as estruturas oficiais da reabilitação, numa atitude de respeito e colaboração que não exclui a defesa intransigente dos direitos dos nossos associados.

16 - Executada

17 - Serão incentivados os contactos e a cooperação com todas as associações de e para pessoas com deficiência, numa perspectiva de solidariedade e respeito mútuo pelas opções e objectivos de cada associação.

17 - Executada e desenvolvida.

18 - Os candidatos desta lista, consideram que o CRPG é uma instituição referência a nível nacional e internacional no mundo da reabilitação e tudo farão para potenciar as capacidades desta instituição ao serviço dos deficientes em geral.

18 - Executada e desenvolvida. Em 1999 foi assinado o protocolo com o IIEFP que institui o CRPG como o primeiro Centro protocolado com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.



ELO renovado em 1996

19 - Serão desenvolvidas as acções de cooperação com as associações congéneres dos PALOP e incentivada a criação dos núcleos da ADFA em Angola e na Guiné - Bissau.

19 - Executada. Foi estabelecido um protocolo com a AMMIGA de Angola. Iniciaram-se contactos com Guiné - Bissau.

20 - Será prosseguido o processo de transferência da Tipografia - Escola da ADFA para novas instalações.

20 - Executado. Desenvolvido projecto da nova Tipografia - Escola.

PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ASSOCIADOS

21 - Será acompanhado e incentivado o projecto integrado de turismo e lazer a desenvolver na região do Algarve.

21 - Não executado. A mudança da Presidência da Câmara inviabilizou o projecto.

22 - A ADFA manterá uma posição inovadora e interveniente na FMAC, procurando que esta instituição internacional venha a colocar-se inteiramente ao serviço dos deficientes militares e vítimas de guerra de todo o mundo.

22 - Executada e desenvolvida.

23 - Esta lista tomará como base de actuação das medidas legislativas o documento "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", entregue no princípio de 1996 no Ministério da Defesa Nacional, nomeadamente no respeitante a:

a - recomendações da 6ª Conferência da FMAC;

b - abaixamento do grau de incapacidade na abrangência da lei dos grandes deficientes em serviço;

c - cálculo da pensão dos DFA na base do último escalão do posto;

d - acumulação de pensões e vencimentos dos deficientes em serviço;

e - extensão do direito à pensão a todas as viúvas dos deficientes militares;

f - reapreciação da legislação dos familiares dos deficientes falecidos;

Considera-se que a criação do Conselho

1 - Executada, em parte, por falta de aderência dos associados.

2 - Manutenção das reuniões periódicas e descentralizadas com os Órgãos Sociais das Delegações e Núcleos, porque o consideramos como uma das mais genuínas formas de participação nos projectos nacionais.

2 - Executada.

3 - Realização do 24º Aniversário da ADFA no Porto, com organização da Delegação e apoio nacional a exemplo do que se fez este ano em Viseu e Bragança (23º Aniversário) com a participação de cerca de um milhar de associados, familiares e forças vivas das respectivas regiões, nas duas cidades.

Início da programação do 25º Aniversário, em Maio de 1999 em Lisboa, com toda a dignidade que tal efeméride merece.

Pretendemos ainda no nosso mandato preparar, para Faro, a comemoração do nosso 26º Aniversário no ano 2000.

3 - Executada.

4 - Organizaremos e levaremos a efeito, já no 1º Semestre de 1998, um Seminário sobre a problemática do D.P.T.S. vulgo, Stress de Guerra.

4 - Não executado.

5 - Promoveremos no 2º Semestre de 1998



IV Congresso Nacional da ADFA

a que o próximo ano possa, serenamente, ser utilizado por todos aqueles que afincadamente vivem a ADFA e queiram contribuir para o seu engrandecimento.

7 - Executada. Congresso realizado em Abril de 2000.

8 - Será dinamizado o projecto, já em curso, da criação de estruturas físicas e apoio humano aos nossos Núcleos em Luanda, Bissau e Maputo, sem perdermos de vista as necessidades das Delegações e Núcleos instalados em território nacional.

8 - Executado no Maputo. Não executado em Luanda e Bissau por falta de condições locais.

9 - Serão criadas condições para a indispensável revisão estatutária, considerando a experiência vivida no decurso da vigência dos actuais estatutos, no sentido da sua melhor adequação à realidade associativa.

9 - Executada. Proposta em Congresso.

10 - Desenvolveremos uma entidade com características eventualmente mutualistas, que nos permita criar estruturas de apoio aos deficientes militares nas áreas assistencial, lazer e tempos livres, com a qualidade a que temos direito.

10 - Não executada.

11 - Daremos seguimento ao Projecto de Desenvolvimento Económico da ADFA, no qual os associados poderão livremente participar, e que gerará os fundos necessários para o lançamento de Estruturas Produtivas Autónomas que proporcionarão o ambicionado e previsível desafogo financeiro da Associação que, enquanto tal, se poderá e deverá dedicar aos seus problemas de génese:

- melhoria das medidas legislativas
- reforço da sua capacidade interventiva e reivindicativa
- interligação mais activa com as organizações congéneres nacionais e estrangeiras
- manutenção da exigência no sentido dos Hospitais Militares continuarem a prestar a assistência médica e protésica a que temos direito

- continuação da intervenção activa no Conselho Consultivo do Ministério da Defesa Nacional, especialmente enquanto continuarem por resolver os problemas devidamente equacionados no documento intitulado "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares" apresentado pelos actuais Órgãos Nacionais no Ministério da Defesa Nacional

- maior intervenção no Lar Militar da Cr Vermelha através da sua representação Conselho Consultivo, perspectivando, desde que os fins para que foi criado não podem nem devem ser alterados

- afirmação junto dos Órgãos de Soberania Forças Armadas e dos Parceiros Sociais da grandeza da nossa Associação e da justiça das nossas reivindicações.

11 - Executada. Tese apresentada e aprovada em Congresso.

12 - Vamos pugnar pela inclusão da ADFA como representante de pleno direito no recém-constituído Conselho Nacional de Reabilitação tendo em conta que entendemos não ter qualquer lógica desperdiçar a experiência de 23 anos de uma organização dedicada à problemática da deficiência nas suas múltiplas vertentes porque é a ADFA considerada a nível nacional uma referência e exemplo para as demais organizações de deficientes.

12 - Executada. Com participação activa do CNRIPD.

13 - Organizaremos em 1998 e nos seguintes, se necessário, um Fórum especialmente dedicado aos problemas das "Dependências das Pessoas" - álcool, droga, jogo, etc para o qual serão convidados técnicos e personalidades ligadas a essas matérias que afectam toda a nossa vivência em sociedade.

13 - Não executado.

14 - Na Federação Mundial de Antigos Combatentes - FMAC, iremos bater-nos com veemência, no sentido de que essa Organização Internacional comece a debruçar-se, com a força institucional que possui, sobre os problemas relacionados directa ou indirectamente com as vítimas dos mais recentes conflitos regionais produtores de pessoas deficientes e que necessitam de apoio, reparação, reabilitação e integração social.

14 - Executada. Entre outras, Intervenção da FMAC na tomada de posição internacional sobre o conflito de Timor - Leste, no âmbito da ONU e no seio da própria Organização.

15 - Promoveremos com celeridade a substituição do Conselho de Redacção do ELD reforçando no conteúdo do mesmo, as temáticas ligadas à legislação, reabilitação e associativa, projectando-o como Órgão de comunicação especializado, de interesse para os associados e comunidade civil e militar.



Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas

Consultivo para os Assuntos dos Deficientes Militares no âmbito do MDN é um passo importante na consecução da estratégia já definida e que continua a merecer toda a atenção e empenhamento.

- 23
- a - Executado.
- b - DL 248/98 de 11 de Agosto
- c - Continua em estudo
- d - DL 240/98 de 07 de Agosto
- e - DL 240/98 de 07 de Agosto
- f - Participação activa no CCADFA. Ver análise mais desenvolvida, na síntese do trabalho efectuado sobre este domínio.

Mandato de 1998/2000

O que propusémos e o que executámos

1 - Continuação das reuniões mensais com os associados interessados no desenvolver da vida associativa, em moldes renovados de modo a auscultar, em cada momento, a opinião da maioria.

uma Cimeira com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe) cujo tema de fundo será "A Pessoa com Deficiência em todo o Espaço Lusófono", no sentido de empenhar os respectivos Governos na problemática geral da dignidade do deficiente como pessoa humana.

5 - Não executado.

6 - Dinamizaremos e apoiaremos os encontros anuais de organizações ou grupos de militares e civis ex-combatentes numa perspectiva globalizante de integração com a sociedade no seu todo.

Daremos especial ênfase ao estreitamento de relações com a Associação 25 de Abril.

6 - Executado e desenvolvido.

7 - Iniciaremos de imediato a preparação do Congresso da ADFA com a desejada participação de todos os associados. E, porque a importância deste é por demais evidente, tencionamos levá-lo a efeito no 1º Semestre de 1999, de modo

PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ASSOCIADOS

15 - Executado em parte. O conselho deixou funcionar por falta de condições dos seus dependentes.

16 - De acordo com as necessidades e as energias geradas nas Delegações e Núcleos temos continuidade à dinâmica imprimida, na implementação da melhoria de condições de trabalho (computadores operacionais ligados à Sede Nacional, telecomunicações modernas, aquisição de pessoal e apoio específico além da missão de funcionários qualificados para apoio dos associados) ou, com a aquisição ou construção de Sedes condignas, a exemplo do que se conseguiu neste mandato, com a compra de terreno onde há 23 anos funciona a Delegação do Porto, ou a aquisição da nova Sede de Santa Delgada, espaço polivalente onde se irá envolver um Centro de Próteses que servirá a população necessitada de toda a região Autónoma em ligação com as estruturas do Governo Regional; ou ainda a realização do velho sonho dos Deficientes das Delegações de Famalicão, Viana do Castelo e Viseu já dotadas, neste mandato, de instalações à altura das suas necessidades e aspirações.

16 - Executadas grande parte das acções propostas.

17 - Daremos especial atenção à prestação de Serviços Clínicos aos associados e familiares, sabendo que nalgumas Delegações se criem condições às que foram conseguidas na Sede. Em Julho deste ano foram atendidos mais setecentos doentes nas onze valências clínicas que hoje já temos a funcionar na Sede: Clínica Geral, Psiquiatria, Psicologia Clínica, Urologia, Fisiatria, Fisioterapia, Estomatologia, Próteses Dentárias, Gastroenterologia, Acupuntura e Análises Clínicas.

17 - Executada. Criaram-se três especialidades no Porto, uma em Famalicão e em Setúbal.

18 - Continuaremos a negociar com a GALP no sentido de, já no início de 1998, estender às regiões Autónomas o benefício já usufruído por cerca de 2000 associados que têm descontos nos combustíveis, por terem aderido ao Cartão Galp-Frota.

18 - Não executada em relação aos Açores por impossibilidade da GALP. Conseguiu-se ainda uma ligeira melhoria das condições locais.

19 - Diligenciaremos no sentido de levar a termo o projecto de transferência da topografia-Escola, já apresentado às entidades competentes e denominado "ADFA 2000" que engloba Oficina de Próteses e Formação Profissional, sinal inequívoco de que não pretendemos cristalizar no tempo mas sim projectar a ADFA para além do milénio.

19 - Executado em parte. Por falta de condições de financiamento (indefinições quanto ao Q.C.III). Ter-se-á que transferir para local provisório, na Quinta das Camélias, até finais de Dezembro.

20 - Não descuraremos a ligação já iniciada com a nossa congénere Associação dos Militares Veteranos da Guerra de Angola - AMMIGA com a qual tencionamos dinamizar e estreitar as ligações de reabilitação médica, protésica e sócio profissional consubstanciadas em acordos bilaterais apoiadas pelos Governos dos dois países e cujo projecto "NOVO RUMO", em adiantada fase, se encontra no organismo competente para as ajudas comunitárias. Para este efeito, contaremos mais uma vez com a grande experiência do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia que com acções de formação de técnicos angolanos e apoio no local, poderá minorar os problemas que afectam os nossos

associados camaradas deficientes amputados residentes naquele País.

20 - Não realizada por falta de condições locais.

21 - Para a concretização das medidas anteriormente mencionadas contamos com o envolvimento de todos os associados na Sede e Delegações.

Para tal serão criadas condições de participação associativa a nível Nacional, Regional e Local que permitirão a cada associado ser parte integrante neste processo.

21 - Realizada com participação activa e empenhada das Delegações.

De uma breve análise comparativa, entre o que foi proposto e realizado, verifica-se que durante o período em apreço se conseguiu uma elevada taxa de realização, apesar de se ter verificado, no último mandato, alguma falta de

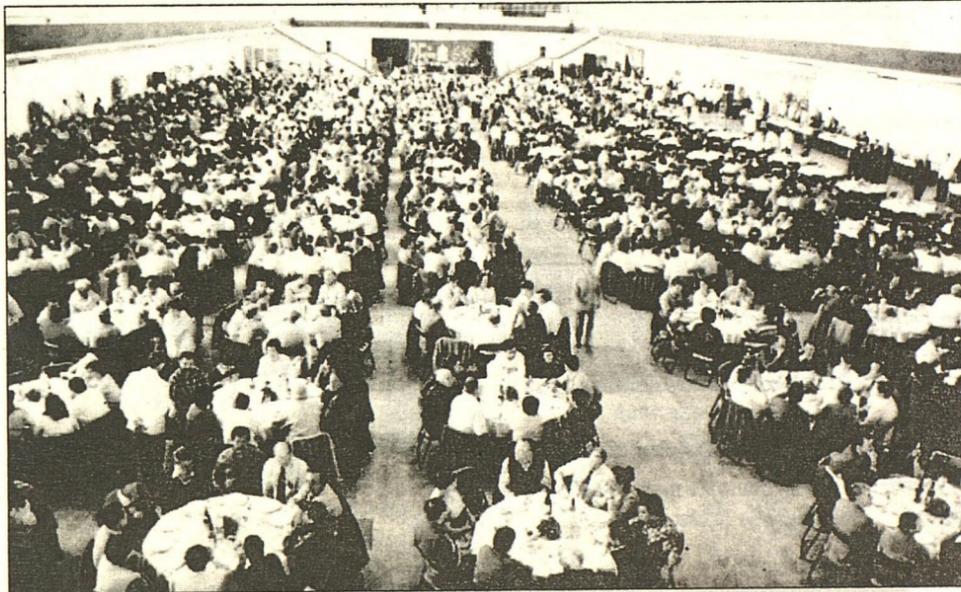
Toda a acção reivindicativa posterior foi programada tendo por base este documento, atribuindo prioridades aos diversos assuntos, de acordo com a gravidade e urgência das situações existentes.

2. Estratégia Adoptada

A par das entrevistas realizadas com os responsáveis do MDN, Ministro e Secretário de Estado, iniciaram-se os trabalhos no CCADFA, criado por proposta da ADFA (Despacho nº 218/MDN de 18 de DEZ/96 do Ministro António Vitorino).

Recorremos aos Órgãos de Comunicação Social a nível nacional, sempre que se considerou necessário mobilizar a opinião pública a favor das nossas posições.

As manifestações públicas realizadas nas cidades de Coimbra e de Santa Maria da Feira, foram também de grande importância, para o desenrolar do processo reivindicativo.



Comemorações do 25.º Aniversário da ADFA

solidariedade entre os órgãos sociais. Algumas acções tiveram um tempo de realização superior ao inicialmente previsto, pelo que, vieram a ser concluídas no mandato seguinte, situação que não se pôde verificar neste último mandato, embora algumas delas tivessem sido iniciadas.

Mas a actuação do executivo não se confinou exclusivamente às acções propostas, desenvolveu um conjunto de contactos permanentes com entidades civis, militares e organizações congéneres, que possibilitaram a concretização destas actividades. Também, a gestão diária dos serviços associativos que suportaram todo o apoio prestado aos associados, assim como, a gestão e desenvolvimento do património, foram actividades que a seguir sucintamente apresentaremos e que ocuparam uma parte substancial do tempo útil dos elementos directivos que voluntariamente se disponibilizaram para realizar esta tarefa em nome dos seus camaradas que neles acreditaram.

Breve síntese do trabalho efectuado no domínio da legislação desde Junho de 1995

1. Antecedentes

A partir de Junho de 1995 e dada a existência de uma nova dinâmica associativa, iniciou-se a elaboração de um caderno reivindicativo global da ADFA, baseado em alguns elementos dispersos, existentes anteriormente.

Este caderno reivindicativo denominado "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares" foi entregue ao MDN em Janeiro de 1996.

Convém realçar a importância do trabalho realizado junto da Comissão Parlamentar de Defesa e das representações dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República, como linha de actuação futura, permitindo-nos recomendar o reforço e implementação desta área de actuação, que se revelou bastante profícua nalguns casos.

3. Questões Aprovadas com Contribuição Directa da ADFA

Como resultado de todo o conjunto de esforços realizados a todos os níveis, do político ao da mobilização associativa a nível nacional, assistimos à aprovação e entrada em vigor de alguns diplomas, que não reflectindo infelizmente na totalidade as posições da ADFA, vão ao encontro parcialmente das nossas reivindicações:

- Subsídio de desemprego para DFA
- Subsídio de desemprego para deficientes em serviço
- Propinas - Intervenção na aplicação do DL 358/70 de 21JUL
- Criação do próprio CCADFA
- DL 240/98 de 07 de Agosto - Acumulações para Deficientes em Serviço e Pensões das Viúvas
- DL 241/98 de 07 de Agosto - Alteração das Juntas Médicas da Caixa
- DL 248/98 de 11 de Agosto (GDFA/60%)
- DL 250/99 de 07 de Julho - G.D.SEN (Sem Pensão)
- Projecto de Lei do PSD - "Stress de Guerra"
- Lei nº 47/99 de 16 de Julho
- Projecto de Lei do PSD - Prisioneiros de

Guerra

- Lei nº 34/98 de 18 de Julho - Projecto de Lei do Governo - Lei do Serviço Militar (já publicada)

- Projecto EMFAR do Governo

- DL 236/99 de 25 de Junho
- DL nº50/2000 de 7 de Abril - Regulamentação da Lei do "Stress de Guerra"

- DL nº503/99 de 20 de Novembro - Acidentes em Serviço e doenças profissionais da Função Pública - Pedido de suspensão da aplicação deste diploma aos militares, aceite pelo MDN.

- DL nº291/99 de 3 de Agosto

- Portaria nº790/99 de 7 de Setembro - Tabelas Gerais de inaptidão e incapacidade para a prestação de serviço por militares e militarizados.

- DL nº 466/99 de 6 de Novembro - Regime jurídico das pensões de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País.

- Recomendação nº 11/B/00 de 14/12/98 do Provedor de Justiça dirigida ao MDN, sobre a revisão dos prazos dos DL 319/84 e DL 267/88, 1Ago.

- Despacho do Ministro da Defesa Nacional de 2000.03.10 repondo a legalidade sobre o apoio específico para Propinas nos graus de ensino de mestrado e doutoramento.

Deve acrescentar-se que discordamos frontalmente dos seguintes diplomas:

- Projecto de Lei do CDS/PP - Pensões a cidadãos dos PALOP que combateram nas Forças Armadas Portuguesas.

- Projecto do DL do Governo - Promoções dos Capitães - Coronéis

- DL 134/97 de 31 de Maio (aprovado)

Intervimos também na elaboração de projectos de Protocolos, Despachos Ministeriais e outros normativos, nomeadamente:

- Celeridade de processos
- Consulta de processos
- ADM - Normalização das contribuições e actualização das participações;
- Protocolos entre ME e MDN, sobre propinas nos estabelecimentos de ensino universitário e politécnico.
- Projecto de alteração de Tributação Fiscal;
- Taxas Moderadoras dos Hospitais Civis;
- Atribuição de ajudas técnicas a cegos;
- Procedimentos administrativos da Caixa Geral de Aposentações;
- Normas Internas dos Hospitais Militares;
- Alteração do disposto no Orçamento de Estado relativo a aquisição de viaturas para associados DFA e outros com percentagem de incapacidade => 60%.
- Reinstalação da Tipografia - Escola da ADFA - Financiamento.

4. Propostas da ADFA - Recusadas



ou Adiadas no CCADFA

A 1ª Reunião do Conselho teve lugar no dia 21 de Março de 1996.

A 14ª e última reunião, realizou-se em 19 de Maio de 2000. Efectuou-se também uma reunião extraordinária do CCADFA em 3 de Fevereiro de 2000, para tratar dos problemas relativos aos associados oriundos dos PALOP.

As reuniões de trabalho duraram em média 4/5 horas cada uma.

PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ASSOCIADOS

Para além dos membros efectivos do Conselho, estiveram presentes em algumas reuniões, o ex-Ministro da Defesa, Veiga Simão, o Secretário - Geral do MDN, o Assessor para Assuntos Médicos, Dr. Pires de Carvalho e representantes do Departamento Jurídico deste Ministério.

Por parte da ADFA, estiveram algumas vezes presentes o Presidente da DN, os técnicos Dr. Fernando Brito e Dr. António Carreiro e o 2º Secretário da DN.

Dum modo geral todos os diplomas ou normas aprovadas, foram discutidos nas reuniões do CCADFA, incluindo as propostas legislativas dos diversos grupos parlamentares.

Algumas propostas da ADFA foram no entanto liminarmente recusadas, por decisão política dos responsáveis do MDN.

São elas as seguintes:

- Comparticipação medicamentosa a 100% para DFA no activo - Adiada.
- Promoção dos DFA - Recusa sistemática de discussão. (Agora retomada).
- Alterações do Regulamento dos Beneficiários do IASFA- Adiada.
- Progressão nos Escalões - Recusa Formal.
- Alteração do DL 319/84 de 01.10 - Milícias Africanas - Adiada.
- Cálculo das pensões de Reforma/Invalidez de pára-quedista - Recusada em 1997 e retomada na 14ª Reunião em 2000.
- Alteração do art.º 7 do DL 240/97 de 07 de Agosto
- (Revisão do grau de incapacidade - deficientes em serviço) - Recusado.
- Graduação de deficientes militares, praças do SMO a Sargentos, para efeitos de apoios médicos e sociais.

5. Propostas da ADFA, actualmente em estudo, no CCADFA.

As propostas seguidamente apresentadas tiveram aceitação de princípio, estando actualmente em fase de discussão ou estudo por parte do MDN:

- Aplicação do DL nº134/97 de 31 de Maio: aceite e actualmente com projecto legislativo em elaboração; apresentada estimativa de custos e faseamento de prestações.

- Apoio a Núcleos da ADFA nos PALOP;
- Clarificação dos conceitos de Serviço/Campanha - incluindo as graves situações criadas pelas recentes reclassificações e dualidade de critérios no mesmo acidente.

- Contagem dos Tempos de Serviço para aposentação;
- Criação de um estatuto do deficiente militar em substituição do previsto no DL 503/99 de 20NOV;

- Situação e problemas dos deficientes militares dos PALOP que integraram as Forças Armadas Portuguesas;

- Situação actual do Lar Militar da CVP;
- Insistência junto do Exército para redução da demora na tramitação dos processos (400 processos neste ramo);

- Antecipação da idade da reforma para pessoas portadoras de deficiência;

- Diligências para abreviar os processos dos potenciais GDSen junto dos 3 ramos das Forças Armadas.

- Proposta de uma possível resolução das disparidades entre a percentagem de incapacidade atribuída pelas Juntas Militares e Junta da CGA.

6. Comentários finais

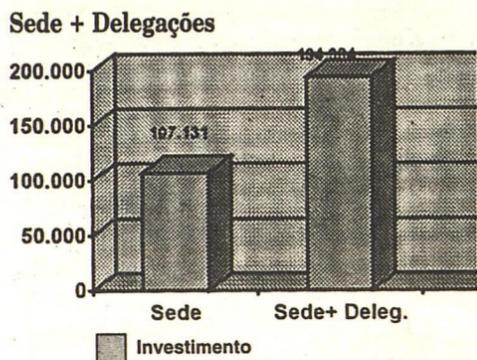
Ao apresentar-se este "ponto" da situação, pretende-se apenas fornecer a todos, os elementos de reflexão necessários ao reforço, actualização e reequacionamento de todas as questões tratadas até ao presente.

Chama-se a atenção para o facto que haverá que ter em conta a exiguidade do tempo dispo-

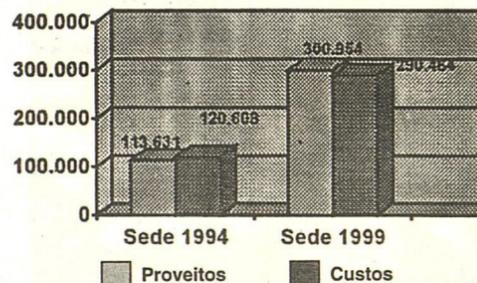
nível nas reuniões do CCADFA e no carácter do mesmo, uma vez que as questões individuais só são referidas quando ilustram ou exemplificam as necessidades de medidas legislativas ou normativas gerais.

Permanecem em aberto todo um conjunto de problemas que teremos de identificar, indicando prioridades e metas temporais a alcançar para a sua resolução.

INVESTIMENTO EFECTUADO DESDE 1995 A 1999 (CONTOS)

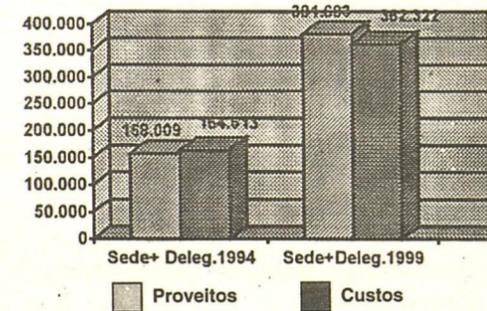


Proveitos e Custos da Sede (CONTOS)



Verifica-se um aumento de mais 158,9% nos proveitos, bem como um acréscimo dos custos em mais 140,8%.

Proveitos e Custos da Sede + Delegações (CONTOS)



Verifica-se um aumento de mais 126,3% nos proveitos, bem como nos custos um aumento de mais de 120,1%.

Os investimentos verificaram-se nos diversos sectores tais como:

INSTALAÇÕES

1. Aquisição das instalações da Delegação do Porto;
2. Aquisição das instalações da Delegação de Ponta Delgada;
3. Novas instalações da Delegação de Vila Nova de Famalicão;
4. Novas instalações da Delegação de Faro;
5. Escritura de compra das instalações da Delegação de Viseu;
6. Transferência para novas instalações próprias da Delegação de Coimbra;
7. Remodelação das instalações da Delegação de Bragança;

SERVIÇOS MÉDICOS

1. Equipamentos para Estomatologia e Fisioterapia.
2. Programa informático específico para facturação de todas as valências actualmente existentes.
3. Aquisição de equipamento para Terapia de Grupo (DPTS).

COMUNICAÇÕES

Rede Antiga v.s. Rede Nova.
Evolução do Parque Informático entre 1995 e 1999.

Central Telefónica Digital
Software Registrado
Estrutura de Servidores da Rede Interna

• Entre 1995 e 1999, o software registado

1. Artimo
2. Artgest
3. Artrest
4. Artsal
5. Artpoc
6. Higia (Sede, Porto, Famalicão e Setúbal)
7. PorBase 4.0 (instalado na Biblioteca)
8. Veritas Backup Exec.
9. Software da Central Telefónica.
10. Kit de Revendedor da Microsoft.

- Estrutura de Servidores na Rede.
- Bastidor
- 2 Switchs Inteligentes 10/100 3com.
- 1 Servidor Novell 3.11
- 4 Servidores Nt.4.0
- 1 PrintServer (FP)

Os serviços prestados pela nova rede instalada dá acesso a transferência de ficheiros por correio electrónico.

Centralização da informação
Acesso à Internet pela Rede
E-mail dentro da sede.

Todas as delegações estão equipadas com fax e computadores;
Aquisição de algumas dezenas de Pc's.

TRANSPORTES

Aquisição na Sede de uma viatura para grandes deficientes, e uma outra viatura para transporte de 9 pessoas, com ar condicionado.
Existem também viaturas nas delegações de Porto, Coimbra, Viseu e Bragança.

DIVERSOS

Na sede foram equipadas áreas sociais, tais como:

- Salão Nobre
- Sala de convívio
- Biblioteca com o programa (PorBase 4.0)
- Restaurante-Bar
- 25 Aparelhos de Ar Condicionado, montados na Sede.
- Móveis (mesas, secretárias, TV, e equipamento de som), e aproximadamente 150 cadeiras.

Câmaras de vídeo no exterior do edifício da Sede.

Reapetrechamento do equipamento informático e software do Jornal Elo.

Edições de várias publicações:

- Reedição do livro de António Calvino;
- Edição de livros de poesia e teatro de vários autores;
- Monografia de Frauke Malthusch;
- Edição do livro "Barreiras Culturais e Integração";
- Edição de brochura dos 25 anos da ADFA.

Todo o trabalho desenvolvido só foi possível com o apoio e empenhamento de todos os associados, nomeadamente das Delegações e de alguns trabalhadores da casa.

Àqueles que nos "combateram", por vezes com métodos pouco ortodoxos, o futuro mostrará que a ADFA, durante estes 5 anos, tinha um programa coerente para o seu desenvolvimento.

Aos que em breve tomarão posse como órgãos dirigentes desta casa, desejamos todas as felicidades, no sentido de poderem continuar a desenvolver um bom trabalho em prol de todos os deficientes militares.

A Direcção Nacional

SIM, desejo assinar o Jornal ELO, durante 1 ano (11 exemplares), por apenas 1.400\$00 ou

Formas de Pagamento (por favor, assinale com uma cruz a opção pretendida)

- 1 - Junto envio cheque n.º _____, do Banco _____ à ordem da ADFA.
- 2 - Vale postal dos CTT
- Renovação Nova assinatura

Dados Pessoais

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Cód. Postal _____

Telefone _____ Data Nascimento _____

Assinatura _____

cais fora de Lisboa. Creio que uma das novas mais evidentes da vontade de abertura da participação dos associados vai ser o grande empenhamento que a DN vai ter na criação da Delegação de Lisboa, aliás, para onde apontam as conclusões do IV Congresso da ADFA e as deliberações do CN. Vai ser a continuidade da descentralização das actividades, participação das delegações na resolução dos problemas associativos e, sobretudo, criar condições objectivas para que os associados, em todas as delegações, participem activamente no equacionamento das políticas sectoriais a nível nacional, para que a DN possa passar aos locais próprios o sentir da massa associativa de Bragança a Ponta Delgada.

ELO - Que dificuldades pensa vir a encontrar neste triénio de mandato?

PM - Muitas. Na realidade, não é por mero acaso que se renovam, quase na totalidade, os OSN. Não se alteram apenas as pessoas que deles fazem parte. Há uma filosofia distinta, há uma forma de estar nova, aliás, fechou-se um ciclo da ADFA, na minha opinião, com o IV Congresso, que aponta para novas metodologias.

Dificuldades vão haver bastantes. Pelos contactos informais já mantidos, há realmente portas fechadas a nível externo. Há grande vontade de participar na vida associativa por parte dos associados. A grande reviravolta traduz-se no facto de que a ADFA, voltando-se para si mesma, renovando-se associativa, administrativa e organizativamente, se prepara, com grande capacidade de intervenção na sociedade, para ser uma voz ouvida nos sectores públicos e uma voz autorizada e

querida na política nacional de reabilitação e no movimento associativo de deficientes.

ELO - O que quer dizer com "fechou-se um ciclo na ADFA"?

PM - A ADFA vive de ciclos e nunca nenhum ciclo foi contrário ao outro. Não quer dizer que sejam "círculos". Há uma filosofia que foi implementada, recuperam-se factos positivos de todos os outros ciclos desde 14 de Maio de 1974. O Congresso colocou uma nova postura à Associação, que obriga a uma nova revisão estatutária e a um novo relacionamento da ADFA com a sua parte produtiva e a uma nova política para que os associados estejam com a ADFA.

ELO - Que crítica tece à actual situação dos direitos dos deficientes?

PM - A minha crítica vai, em primeiro lugar para os deficientes, que são responsáveis na medida em que não têm apresentado à comunidade uma frente objectiva, séria, transparente, descomprometida. Na realidade, tem-se apresentado uma imagem fragmentada, seccionada, que não tem permitido a credibilidade do seu movimento perante os seus interlocutores. Portanto, a política nacional de reabilitação ainda não está feita, ouvindo com profundidade, interesse e seriedade o movimento associativo de deficientes e este também não tem tido capacidade de se impor perante essa forma, que eu chamaria menor, da sociedade ver este sector, tão importante, que representa cerca de dez por cento da nossa comunidade.

A futura DN está consciente das questões prementes que vai ter que enfrentar. Há que priorizá-las e o que podemos prometer neste momento aos associados é que se vai em-



Os associados aproveitaram para debater a actualidade associativa

penhar para que a esperança imensa que se depositou neste grupo que vem assumir a condução dos destinos da Associação seja levada a cabo na exacta medida das capacidades em que possamos agarrar os projectos, implementando-os e concluindo-os.

ELO - Mas os associados votaram em força...

Sabemos o que se espera de nós e queremos saber que os associados vão continuar a dar a sua confiança, participação, apoio, incentivo e crítica ao que de bem estiver e ao que de mal for feito por quem, vindo das suas

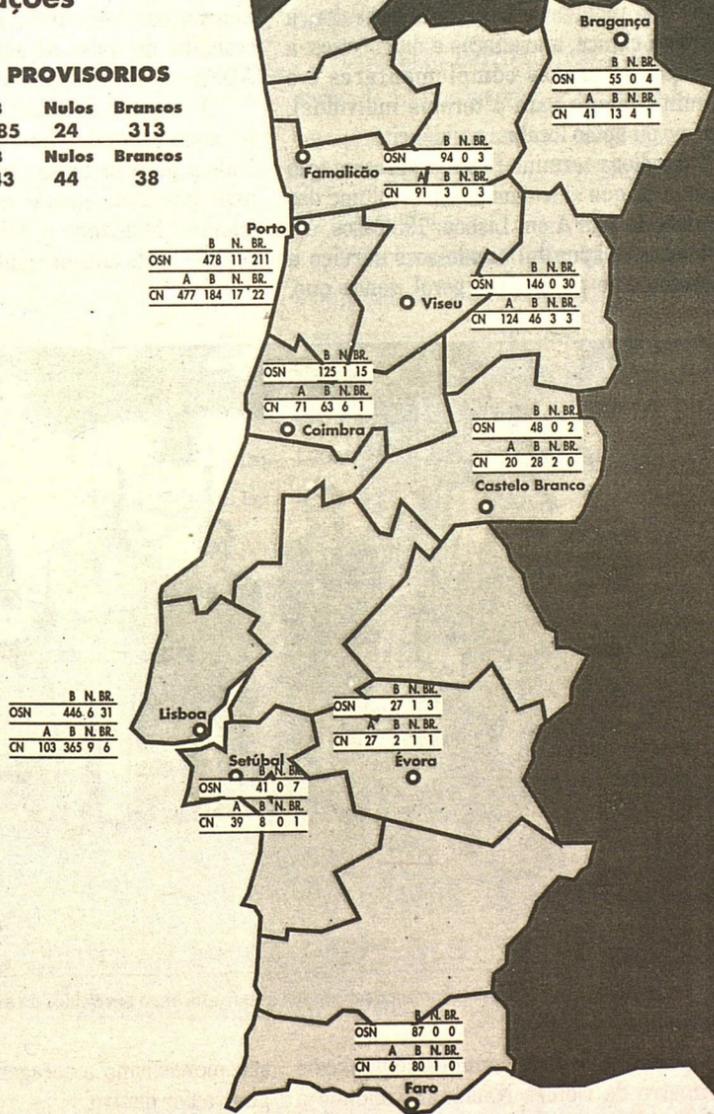
ocupações particulares e do tempo que dedica ao seu lazer e sua família, vem, em espírito de missão, ouvindo os associados e interpretando as suas ideias, criar as melhores condições para o nosso futuro e o das nossas esposas, em suma, contribuir de forma muito objectiva para a felicidade desta fase da vida dos associados, e criar condições para que a mesma dignidade com a participação deles seja reconhecida aos jovens militares que se têm deficientado e que têm que ser chamados a participar no futuro desta casa. *

ÓRGÃOS SOCIAIS NACIONAIS/CONSELHO NACIONAL

Delegações

RESULTADOS PROVISÓRIOS

OSN	B	Nulos	Branco	
Total	1685	24	313	
CN	A	B	Nulos	Branco
Total	1108	843	44	38

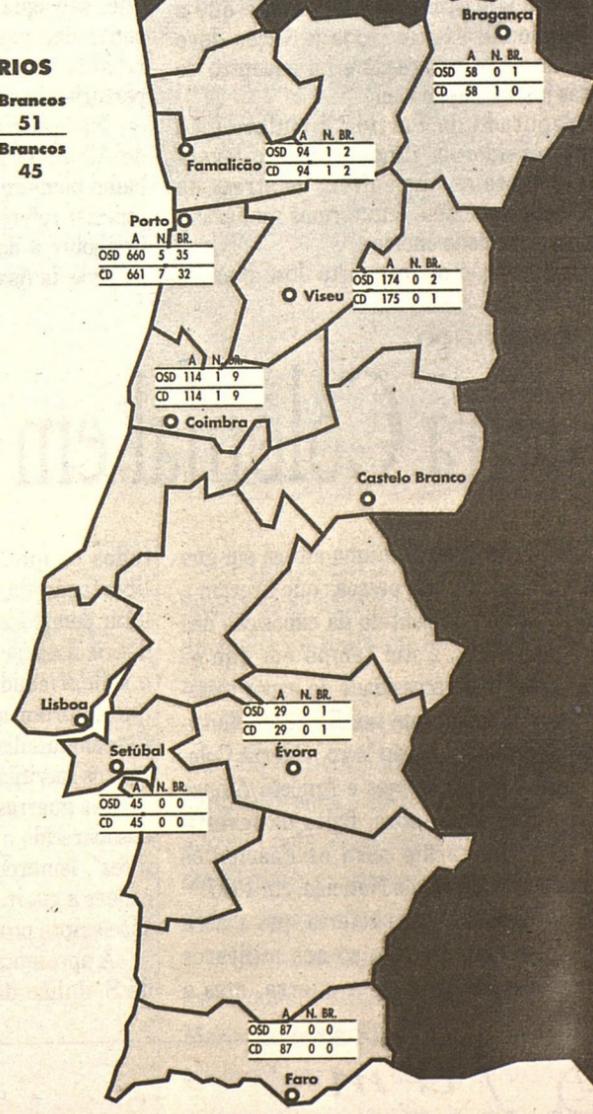


ÓRGÃOS SOCIAIS DE DELEGAÇÃO/CONSELHO DE DELEGAÇÃO

Delegações

RESULTADOS PROVISÓRIOS

OSD	A	B	Nulos	Branco
Total	1387	35	7	51
CD	A	B	Nulos	Branco
Total	1388	34	10	45



Jornadas Internacionais HMP 2000

Contributo da ADFA considerado insubstituível

A perturbação pós-stress traumático de Guerra (Stress de Guerra - PPST) foi, nos dias nove e dez de Outubro, alvo de debate nas Jornadas Internacionais do Hospital Militar Principal (HMP) 2000, no Instituto de Altos Estudos Militares, em Lisboa.

Depois da cerimónia de abertura presidida pelo ministro da Defesa Nacional, figuras da política nacional, dos quatro principais partidos políticos, médicos militares e civis, psiquiatras e psicólogos foram, entre outros, os porta-vozes do que se tem estudado e discutido politicamente sobre esta doença que apenas há pouco mais de um ano se encontra abrangida pela legislação portuguesa.

"É necessário deixar bem clara a questão do nexo de causalidade", alertou Bernardino Soares, deputado do Partido Comunista Português, quando abordou a perspectiva política do stress de guerra, referindo-se também às famílias dos ex-combatentes.

Carlos Encarnação, do Partido Social Democrata, depois de fazer uma abordagem histórica do problema, terminou dizendo que "passados 25 anos, já temos tempo para resolver estas injustiças, falando sem tabus, sem polémicas, mesmo em posições ideológicas diferentes" e salientando ainda que "estamos na altura de pagar" as injustiças dos prisioneiros de guerra e dos afectados pelo stress de guerra.

Sobre o papel "insubstituível" da ADFA no processo de criação de condições mais dignas para os deficientes militares interveio Marques Júnior, do Partido Socialista, afirmando que "tem que assumir-se claramente que a guerra existiu; toda a Nação deve empenhar-se na reparação e no encontro de medidas justas e aplicáveis".

O deputado do Partido Popular, João Rebelo, considerou "fundamental" o levantamento sobre os que sofrem de stress de guerra pois, defendeu, "em termos numéricos há uma disparidade enorme".

A intervenção do jornalista José Manuel



A Mesa de Honra na Sessão de Abertura

Saraiva foi vivamente aplaudida pelos associados da ADFA presentes, tendo referido que "seria uma crueldade que os políticos deixassem arrastar este problema até ao seu encerramento por morte dos que sofrem com esta doença".

Ana Maurício, uma das três psicólogas do HMP que deram conta de vários estudos realizados sobre a problemática do stress de guerra naquela unidade de saúde, destacou que, salvaguardando a extrapolação, 30 por cento das pessoas que viveram uma experiência traumatizante podem apresentar perturbação psicológica.

Na segunda jornada do encontro, Afonso de Albuquerque, psiquiatra, aludiu ao trabalho pioneiro que a ADFA desenvolveu, com especial referência à primeira reunião científica sobre a doença que se realizou em 1987, na Sede da Associação.

O psiquiatra salientou também os três grupos de terapia e de acompanhamento do Hospital Júlio de Matos, referindo também o grupo de despile e tratamento criado na ADFA, de que é coordenador.

Teresa Infante, psicóloga da ADFA, falou sobre a experiência da Associação, com especial destaque para o trabalho desenvolvido desde 1995. A consulta de psicologia (em Lisboa e no Porto) foi explicada nas suas etapas que incluem o pedido de consulta, a entrevista clínica, a avaliação e diagnóstico, a aplicação de provas complementares e o encaminhamento para a terapia individual, de grupo ou apoio local na residência.

A psicóloga terminou com a apresentação de números que elucidam sobre o volume das consultas da ADFA em Lisboa: 193 casos, em cinco anos, disponibilizando-se o serviço a associados e ao público em geral, sendo que,

entre os 45 e os 55 anos, surgem 129 casos acompanhados pela ADFA.

Jorge Maurício, presidente da MAGI numa intervenção que muito sensibilizou os ex-combatentes presentes, realçou que "estamos saturados de esperar que aqueles que com o seu corpo e mente serviram a Pátria sejam devidamente reparados", lembrando que "o fenómeno da guerra é anti-natural".

Mark Sandeman, veterano do Vietnã, falou sobre a sua experiência de reabilitação explicou como os norte-americanos têm lidado com os problemas psicológicos originados pela guerra, aplaudindo a intervenção de Jorge Maurício, que considerou "um bom exemplo da vontade para vencer as mentalidades e anos de atraso face à reparação desta situação injusta".

Polémica foi a intervenção da representante da Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Víctimas do Stress de Guerra (Apoiar a psicóloga Isabel Assis, bastante criticada pelo general Chito Rodrigues, que a considerou "uma calúnia à Instituição Militar, que nada tem que ver com o conteúdo destas jornadas".

Os representantes das delegações da ADFA em Famalicão, Porto, Setúbal e Viseu também presentes, discordaram veementemente da intervenção da psicóloga e Humberto Sertório, presidente da DN, classificou-a como "inaceitável", lembrando que "quando uma organização é convidada estas jornadas de reflexão, deve participar seriamente mesmo em desacordo, sem pôr em causa o trabalho de todas as entidades que, como a ADFA, se têm dedicado a esta questão".

O director do HMP, Bargão dos Santos, no encerramento das Jornadas, referiu que "vale a pena mobilizar os meios e os estudos nem que fosse apenas um caso de stress de guerra", realçando o debate profícuo desenvolvido neste encontro internacional.

Lançamento

Guerra Colonial em livro

"Este livro é lançado numa altura em que há mais actividades das pessoas que fizeram a Guerra Colonial, no sentido da exposição das suas experiências; é um tempo em que se começa a sentir a necessidade de expor testemunhos." Foi assim que no dia 23 de Outubro, no lançamento do seu livro "Guerra Colonial", Carlos Matos Gomes e Aniceto Afonso falaram sobre a sua obra, fruto da investigação que realizaram para os Fascículos publicados pelo Diário de Notícias, em 1997.

Carlos Matos Gomes referiu que a obra "presta homenagem, não só aos militares portugueses que fizeram a guerra, mas a

todos os que, do lado dos movimentos de libertação das antigas colónias, souberam lutar com coragem e dignidade pela independência dos seus países" e deixou o seu respeito e solidariedade para "todos os portugueses que fizeram a guerra e todos aqueles que tiveram familiares seus na guerra e que sofreram os sacrifícios que a guerra impôs".

"As guerras nunca terminam antes de ter desaparecido o último homem da geração que a fez", lembrou ainda, referindo que "desencadear a guerra é fácil, mas os seus resultados são sempre prolongados e dramáticos".

A apresentação do livro decorreu no Forte de S. Julião da Barra, em Oeiras, contando



Carlos Matos Gomes prestou homenagem a todos os que estiveram envolvidos no esforço de guerra

com a presença do Presidente da República e do ministro da Defesa Nacional, cabendo a Alexandre Manuel, da Editorial Notícias, a abertura da cerimónia, onde realçou as fotografias "quase todas inéditas" e a qualidade gráfica que a obra apresenta, lembrando ainda que no livro se aborda "as armas com que se combateu, se conta o dia-a-dia vivido nas guarnições, os sentimentos e a saudade, o medo e a coragem, e se tenta encontrar as razões, o porquê e para quê da guerra." Alexandre Manuel evidenciou os autores pelo

seu pioneirismo e coragem, conhecedores da guerra por dentro.

O novo livro é impresso em 644 páginas de papel "couché", em quadricromia, com capa dura e conta com a colaboração, entre outras entidades, dos associados Humberto Sertório e Santa Clara Gomes, estando disponível aos associados que o encomendem através da ADFA, com um desconto de dez por cento sobre o preço de venda ao público de 9.800 escudos.

Ajam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Associados querem Delegação de Lisboa



O Encontro reuniu mais de sessenta associados

Os dirigentes dos núcleos de Alcobaça, Aveiras de Cima e Peniche foram unânimes em defender a criação da Delegação de Lisboa na reunião realizada em Alcobaça, passado dia 30 de Setembro, numa iniciativa que culminou com um convívio associativo animado.

Depois da concentração e da entrevista concedida à Rádio Cister, Patuleia Mendes, enquanto membro do grupo de diálogo para a criação da Delegação, fez um balanço das actividades de sensibilização junto dos associados pela área de Lisboa salientando que "a massa associativa está com vontade de participar directamente na vida associativa", afirmando que "falta uma ligação efectiva e afectiva com a Sede."

Durante a reunião foi evidenciada a importância da existência da Delegação no que concerne à participação do Conselho de

Delegação no Conselho Nacional e à envolvimento dos núcleos da área de Lisboa no Conselho de Delegação.

Na reunião e no convívio também estiveram presentes os representantes da Direcção Nacional, Humberto Sertório e Santa Clara Gomes, presidente e 2º secretário, respectivamente.

Humberto Sertório frisou que a Delegação de Lisboa surge por motivos de estruturação organizativa da ADFA, sendo necessário um "esforço para que os núcleos se multipliquem."

A necessidade de estruturar os serviços e espaços da Sede Nacional para o funcionamento simultâneo dos Órgãos Sociais Nacionais e dos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa foi um dos assuntos apresentados e debatidos pelos associados presentes.

Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, referiu-se aos objectivos fundamentais da ADFA, no que respeita à reabilitação dos deficientes militares e à defesa dos seus direitos, lembrando que "a ADFA tem que ser referência no aconselhamento sobre ajudas técnicas."

Manuel Amado, associado presente na reunião concordou com a criação da Delegação de Lisboa, na medida em que "fortalece as nossas capacidades de luta", referindo ainda que "a reabilitação só tem chegado aos associados que residem nas grandes cidades."

Manuel Joaquim, dirigente do Núcleo de Aveiras de Cima, alertou para a necessidade de prestar apoio domiciliário, "sem que a percentagem de incapacidade seja obstáculo a esse objectivo."

Sobre a capacidade reivindicativa da ADFA, Horácio Luz, dirigente do Núcleo da ADFA em Peniche, lembrou que "a Associação só tem a ganhar com a criação desta nova Delegação, pois vai incrementar-se a mobilização associativa para as grandes matérias que nos preocupam."

Daniel Silva, presidente do Núcleo de Alcobaça e organizador da iniciativa, referiu que "esta é uma experiência a repetir, pois da discussão destas questões nasce a nossa capacidade de intervenção". Daniel Silva lembrou ainda que "é possível juntar os associados dos três núcleos noutras iniciativas, como a noite de fados em Aveiras."

O parque das merendas dos Capuchos, a poucos quilómetros de Alcobaça, foi o local escolhido para a realização da reunião e do convívio.



O Convívio culminou numa sardinhada

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

O tempo permitiu assar sardinhas e febras ao ar livre, juntando também à volta da mesa os mais de 60 participantes da reunião.

O antigo convento dos frades capuchinhos disponibilizou um espaço amplo e agradável para o convívio, sendo o encontro apoiado pela Associação de Melhoramentos dos Capuchos, em cuja direcção está incluído um dos nossos associados.

Não faltaram à festa os familiares dos associados, entre os quais esteve presente Maria Eduarda Ribeiro, que trouxe as suas queijadinhas para delícia de todos. "É importante que as famílias se envolvam nestes encontros", disse, acrescentando que "os associados sentem-se mais apoiados com a nossa presença."

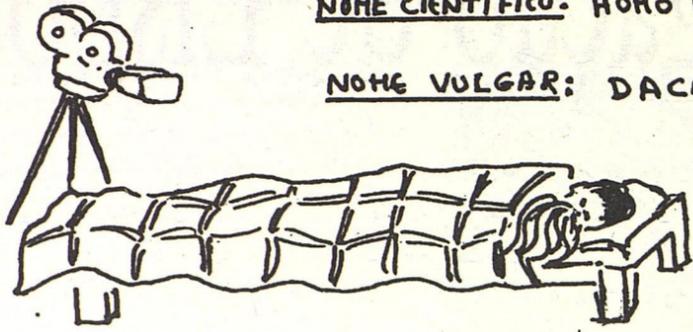
Ficou, na hora da despedida, o desejo de voltar a reunir brevemente os três núcleos da ADFA na zona de Lisboa. •

R.V.

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES

NOME CIENTÍFICO: HOMO PROMISCUOS - T. GUILHERMI!

NOME VULGAR: DACAOMEN



**SÓ COPULA QUANDO
ESTA A SER FILMADO**

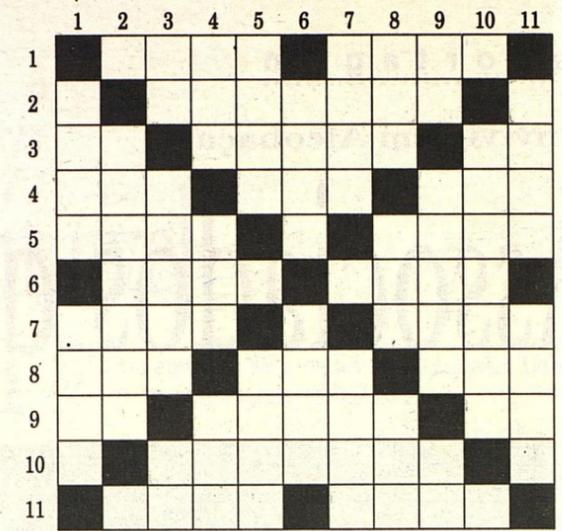
SA

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Maca; alor. 2 - Caragás. 3 - RP; lmos; Cr. 4 - Ato; Aer; Sra. 5 - Urna; sais. 6 - Odor; mais. 7 - Agás; lapa. 8 - Pás; cal; sim. 9 - Os; coral; mó. 10 - Bolacha. 11 - Cera; aéro.

VERTICAIS

1 - Arau; após. 2 - Pirogas. 3 - AC; ondas; Be. 4 - Cal; aos; cor. 5 - Ária; cola. 6 - Arnes; tara. 7 - Ágor; laca. 8 - las; sal; lhe. 9 - Os; saias; ar. 10 - Crispim. 11 - Trás; amor.



HORIZONTAIS

1 - Leito; força. 2 - Máscaras. 3 - República Portuguesa; lama. Crómio (sq). 4 - Tutor; prefixo de ar; Senhora (abv). 5 - Local de v. vais para fora. 6 - Aroma; ainda. 7 - Nome de letra (pl); molusco. 8 - Ferramenta (pl); tinta branca; concordância. 9 - Artigo plural; canto e grupo; pedra de moinho. 10 - Biscoito. 11 - material para velas; relativo ao ar.

VERTICAIS

1 - Ave marinha; depois. 2 - Pequenas embarcações. 3 - Antes de Cristo; vagas; nome de letra. 4 - Óxido de cálcio; contração; tom. 5 - canção; líquido pegajoso. 6 - Gostes; defeito. 7 - ave de rapina; fixador. 8 - Pêlos de ovelha; sabor; pronome pessoal. 9 - Aqueles; roupas de mulher; atmosfera. 10 - Nome de homem. 11 - Parte posterior; paixão.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptine	1.553.721.00	2.138.169.00
1.0 Conceptine AC	1.817.953.00	2.487.321.00
1.2 TDI 61 cv	2.141.905.00	3.015.730.00
1.4 TDI Conceptine	2.068.274.00	3.294.817.00
1.4 16 v cx. Automática	2.254.937.00	3.454.170.00
Polo		
1.0 Conceptine 3P	1.688.662.00	2.344.825.00
1.0 Conceptine 5P	1.753.654.00	2.420.866.00
1.4 Conceptine 3P	1.879.333.00	3.023.489.00
1.4 Conceptine 5P	1.944.325.00	3.099.529.00
1.4 Highline AC 3P	2.176.974.00	3.371.729.00
1.4 Highline AC 5P	2.241.963.00	3.447.766.00
1.4 Confortline 3P cx. Aut.	2.110.086.00	3.239.065.00
1.4 Confortline 5P cx. Aut.	2.175.078.00	3.315.105.00
1.4 TDI Confortline 3P	2.301.233.00	3.576.154.00
1.4 TDI Confortline 5P	2.366.225.00	3.652.195.00
1.4 TDI ABS+AC 5P	2.583.323.00	3.906.200.00
1.4 TDI Trendline 3P	2.496.711.00	3.804.864.00
1.4 TDI Trendline 5P	2.561.699.00	3.880.900.00
Polo Variant		
1.4 Confortline	1.933.118.00	3.086.417.00
1.4 Highline AC	2.477.871.00	3.723.778.00
1.9 SDI Confortline	2.340.177.00	4.496.292.00
1.9 TDI Confortline	2.466.316.00	4.643.874.00
1.9 TDI Trendline	2.848.040.00	5.090.491.00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	1.916.633.00	3.067.130.00
1.4 Highline	2.405.828.00	3.639.488.00
1.9 SDI Confortline	2.268.389.00	4.412.300.00
1.9 TDI Confortline	2.449.959.00	4.624.737.00
1.9 TDI Trendline	2.831.554.00	5.071.203.00
Golf		
1.4 Confortline 3p	2.512.696.00	3.773.298.00
1.4 Confortline 5p	2.602.765.00	3.878.579.00
1.4 Confortline JE+AC 5p	2.871.781.00	4.193.428.00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.797.188.00	5.039.769.00
1.9 TDI 90 cv 5P cx. Aut.	3.258.784.00	5.579.837.00
1.9 TDI "25 Anos" 5p 110 cv	3.128.111.00	5.426.949.00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut.	3.334.701.00	5.668.660.00
1.9 TDI Highline 5P	3.769.167.00	6.176.985.00
1.9 TDI Highline EC 5P	3.999.035.00	6.445.930.00
1.9 TDI Highline 4 Motion	4.028.926.00	6.480.903.00
1.9 TDI 4 Tiptronic Aut.	3.981.179.00	6.425.039.00
Golf Variant		
1.4 Confortline	2.625.760.00	3.937.173.00
1.9 TDI Confortline 90 cv	2.899.955.00	5.160.007.00
1.9 TDI Highline 115 cv	3.847.596.00	6.268.747.00
1.9 TDI Highline 4 Motion	4.109.869.00	6.575.606.00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.113.421.00	5.409.762.00
1.9 TDI 115 cv 4 Motion Aut.	4.062.121.00	6.519.741.00
1.9 TDI Cabrio 110 cv	4.566.665.00	7.110.058.00
Beetle		
1.9 TDI 90 cv	3.312.090.00	5.648.055.00
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.520.608.00	5.892.021.00
Bora		
1.9 TDI Confortline 110 cv	3.362.934.00	5.701.692.00
1.9 TDI Highline 115 cv	4.096.420.00	6.559.871.00
1.9 TDI 4 Motion 115 cv	4.120.852.00	6.588.456.00

1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.124.309.00	6.592.501.00
Passat		
1.9 TDI Trendline 110 cv	4.097.664.00	6.567.176.00
1.9 TDI Variat. 110 cv	4.333.920.00	6.843.596.00
1.9 TDI Confortline 115 cv	3.694.715.00	6.095.726.00
1.9 TDI Trendline 115 cv	4.161.715.00	6.642.116.00
1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.041.093.00	6.500.988.00
1.9 TDI Tiptronic Trendline	4.508.095.00	7.047.381.00
2.5 TDI Highline 150 cv	4.910.256.00	8.624.963.00
2.5 TDI Tiptronic 150 cv	5.180.507.00	8.941.157.00
Passat Variant		
1.9 TDI Confortline 115 cv	3.930.972.00	6.372.147.00
1.9 TDI Trendline 115 cv	4.397.972.00	6.918.537.00
1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.744.221.00	7.323.648.00
2.5 TDI Highline 150 cv	5.188.908.00	8.950.986.00
2.5 TDI Tiptronic 150 cv	4.458.158.00	9.267.178.00
Audi A2		
1.4	3.205.220.00	4.598.401.00
Audi A3		
1.6 Att. 3P	3.431.989.00	5.244.665.00
1.6 Ambiente 3P	3.666.741.00	5.519.324.00
1.9 TDI Att. 3P	3.940.895.00	6.395.457.00
1.9 TDI Att. 5P	4.045.383.00	6.517.708.00
1.9 TDI Sport 3P	4.360.685.00	6.886.611.00
1.9 TDI Sport 5P	4.465.173.00	7.008.862.00
Audi A4		
1.9 TDI Att. 115 cv	4.617.714.00	7.175.635.00
1.9 TDI Sport 115 cv	4.850.753.00	7.448.291.00
2.5 TDI Att. 150 cv	5.506.034.00	9.322.023.00
2.5 TDI Sport 150 cv	5.587.231.00	9.417.024.00
Audi A4 Avant		
1.9 TDI Att. 115 cv	4.850.753.00	7.448.291.00
1.9 TDI Sport 115 cv	5.082.078.00	7.718.941.00
2.5 TDI Att. 150 cv	5.638.634.00	9.477.165.00
2.5 TDI Sport 150 cv	5.819.963.00	9.689.320.00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.856.445.00	8.624.950.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.044.479.00	8.844.950.00
2.5 TDI 150 cv	7.216.986.00	11.323.837.00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	7.828.407.00	12.039.200.00
Audi A6 Avant		
1.9 TDI 110 cv	6.180.300.00	9.003.860.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.368.335.00	9.223.861.00
2.5 TDI Ambition 150 cv	6.648.736.00	10.658.985.00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	8.153.941.00	12.420.074.00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento Young	1.080.311.00	1.510.000.00
Seicento Sport	1.278.805.00	1.899.000.00
Panda Young	1.064.072.00	1.491.000.00
Punto		
1.2 3P	1.341.960.00	2.083.000.00
1.2 ELX 5P	1.550.507.00	2.327.000.00
1.2 16 v ELX 5P	1.657.345.00	2.452.001.00
1.2 16 v ELX Speedgear	1.841.960.00	2.668.000.00
Sport 3P	1.951.362.00	2.796.000.00
1.9 JTD ELX 5P	1.707.807.00	3.737.000.00

1.9 JTD HUX 3P	1.866.782.00	3.923.001.00
Palio		
Weekend 75	1.908.627.00	2.746.001.00
Weekend 70 TD	1.823.328.00	3.481.000.00
Bravo		
80 16 v SX 1.2	2.070.165.00	2.935.000.00
100 19 v SX 1.5 Autom.	2.281.341.00	3.801.000.00
100 JTD Sport	2.480.457.00	4.641.000.00
Brava		
80 16 v SX	2.070.165.00	2.935.000.00
105 JTD Stile	2.480.457.00	4.641.000.00
Marea e Marea Weekend		
80 16 v SX	2.306.063.00	3.211.001.00
105 JTD ELX	2.679.551.00	4.895.000.00
100 16 v ELX cx. Aut.	2.889.033.00	4.512.000.00
LANCIA		
MODELO P.BASE P.V.P.		
Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318.00	2.157.000.00
Y 1.2 cx. Autom.	1.962.473.00	2.809.000.00
Y 1.2 16 v LS	1.688.968.00	2.488.999.00
Libra 1.6	3.508.179.00	5.236.400.00
Libra 1.9 JTD LX	3.525.158.00	5.863.301.00
Libra 2.4 JTD LX	3.757.800.00	7.014.600.00
Libra SW 1.6	3.721.854.00	5.486.400.00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.738.833.00	6.113.300.00
Libra SW 2.4 JTD LX	3.971.476.00	7.265.601.00
Lancia K 2.0	4.348.946.00	6.989.500.00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.238.997.00	8.748.600.00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.715.00	9.039.600.00
RENAULT		
MODELO P.BASE P.V.P.		
Twingo		
Expression 1.2	1.427.335.00	2.122.230.00
Privilege 1.2	1.512.805.00	2.222.230.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.557.250.00	2.274.230.00
SI 1.4 16 v 3p	1.795.822.00	2.892.230.00
RN 1.2 5p	1.622.207.00	2.350.230.00
RXE 1.4 16 v 5p	1.881.292.00	2.992.230.00
RN 1.9D 5P	1.553.392.00	3.494.230.00
RXE 1.9 DTI 5P	1.765.358.00	3.742.230.00
Megane		
RTE 1.4 16 V	2.176.567.00	3.343.230.00
RTE 1.4 16 V AC	2.304.772.00	3.493.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.738.410.00	4.886.230.00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	2.934.992.00	5.116.230.00
Megane/ Break		
RTE 1.4 16 v	2.278.276.00	3.462.230.00
RXE 1.9 DTI	2.711.915.00	4.855.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.848.667.00	5.015.230.00
Megane Classic		
RN 1.4 16 V	2.219.302.00	3.393.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.781.146.00	4.936.230.00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	2.977.727.00	5.166.230.00
Megane Scenic		
RTE 1.4	2.486.823.00	3.706.230.00

RXE 1.9 DTI AC	3.029.009.00	5.226.230.00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	3.225.590.00	5.456.230.00
Laguna		
RXE 1.6	2.883.594.00	4.554.230.00
RXT 1.9 DTI	3.240.975.00	5.474.230.00
RXT 2.2 DT	3.654.873.00	6.545.230.00
Laguna Break		
RXE 1.9 DTI	3.232.428.00	5.464.230.00
RXT 2.2 DT	3.808.719.00	6.725.230.00
Kangoo		
1.2	1.793.819.00	2.560.230.00
RTE 1.9 DTI	2.084.833.00	4.125.230.00
OPEL		
MODELO P.BASE P.V.P.		
Agila		
1.0 XE 5p	1.281.529.00	1.846.600.00
1.2 Elegance 5p	1.558.589.00	2.346.600.00
Corsa		
1.0 3p	1.496.913.00	2.098.600.00
1.0 5p	1.556.742.00	2.168.600.00
1.5 TD 3p	1.820.310.00	3.133.600.00
1.5 TD 5p	1.880.139.00	3.203.600.00
1.2 3p "100"	1.691.380.00	2.501.965.00
1.2 5p "100"	1.812.435.00	2.643.600.00
1.5 TD Sportive 3p	2.042.532.00	3.393.600.00
Astra		
Club 1.4 4p	2.410.621.00	3.641.600.00
Club 1.7 DTI 4p	2.587.551.00	4.396.600.00
Club 2.0 DTI 4p	2.553.249.00	4.926.600.00
Elegance 1.4	2.692.672.00	3.971.600.00
Elegance 2.0 DTI	2.835.301.00	5.256.601.00
Sport 2.0 DTI 3p	2.741.283.00	5.146.600.00
Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.595.984.00	4.976.600.00
Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.861.796.00	4.936.600.00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.478.997.00	3.721.600.00
Club 1.7 DTI	2.655.927.00	4.476.600.00
Club 2.0 DTI	2.621.625.00	5.006.600.00
Elegance 2.0 DTI	2.937.865.00	5.376.6

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Maternidade e Paternidade

Decreto-Lei 230/2000, de 23 de Setembro

Este diploma vem regulamentar a Lei 4/84, de 5 de Abril, relativa à **protecção da maternidade e da paternidade**, na parte respeitante à **protecção no trabalho dos trabalhadores abrangidos pelo regime do contrato individual de trabalho, incluindo os trabalhadores agrícolas e do serviço doméstico**.

A trabalhadora grávida tem direito a **licença por maternidade** antes do parto, desde que o comunique, com a antecedência de dez dias, à entidade patronal, apresentando atestado médico que refira a data previsível do mesmo.

O trabalhador tem direito a **licença por nascimento de filho**, desde que o comunique, com a antecedência de cinco dias relativamente ao início do período, consecutivo ou interpolado, de licença. Tem também direito a **licença por paternidade** em caso de morte ou incapacidade, física ou psíquica, da mãe, devendo informar a entidade patronal, apresentando certidão de óbito ou atestado médico comprovativo.

O trabalhador que pretenda gozar a **licença por paternidade, por decisão conjunta dos pais**, deve comunicá-lo à entidade patronal, no prazo de dez dias e apresentar, para o efeito, documento de que conste a decisão conjunta, declarar qual o período de licença por maternidade gozado pela mãe, que não pode ser inferior a seis semanas a seguir ao parto e provar que a entidade patronal da mãe foi informada de decisão conjunta.

Factura Electrónica

Decreto Regulamentar 16/2000, de 2 de Outubro

O presente decreto vem estabelecer **«as condições e os requisitos de utilização da factura ou documento equivalente transmitidos por via electrónica pelos sujeitos passivos da relação jurídica de imposto»**.

Da factura ou documento equivalente, transmitidos por via electrónica, têm de constar os elementos legalmente previstos para a factura e uma assinatura digital aposta, nos termos da lei, mantendo-se, obrigatoriamente, a integridade

de do conteúdo da factura ou documento equivalente, desde a sua emissão até ao fim do prazo previsto na lei para a sua conservação.

Os **sujeitos passivos** que pretendam utilizar um sistema de facturação electrónica **devem dirigir requerimento à Direcção-Geral de Impostos**, contendo, nomeadamente, os seguintes elementos: o nome, firma ou denominação social, número fiscal e sede ou domicílio fiscal; o local de acesso ao sistema de facturação electrónica que permita a administração fiscal ler, reproduzir e confirmar os dados; a qualidade de emissor, receptor ou ambas; a identificação da entidade certificadora da assinatura digital; os dados relativos ao certificado de assinatura do qual é titular; a identificação e versão do software utilizado; a indicação da entidade responsável pelo desenvolvimento do software aplicacional; a identificação do equipamento informático e respectivo software de base; a identificação dos protocolos de comunicações e das normas técnicas aplicáveis à constituição das mensagens emitidas como facturas; o modelo de contrato eventualmente a celebrar para fornecimento de soluções

de apoio à facturação electrónica, do qual deverá constar, pelo menos, a identificação das partes contratantes, a data prevista para o início das operações e a obrigação do fornecedor transmitir ao sujeito passivo as especificações técnicas que forem solicitadas pela administração fiscal.

Presidente da República Decreto do Presidente da República 20/2000, de 3 de Outubro

Fixa o dia **14 de Janeiro de 2001**, para a eleição do **Presidente da República**.

Forças Armadas Decreto do Presidente da República 40-C e 40-D/2000, de 12 de Outubro

O primeiro exonera do cargo de **Chefe do Estado-Maior da Força Aérea** o general **Manuel José Alvarenga de Sousa Santos** e o segundo nomeia-o para o cargo de **Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas**.

Enfim

Com muito maior frequência do que se pensa, situações que foram grandes problemas aparecem resolvidas na vigésima página do jornal - ou nem isso. Como é isto possível? Sabem-no muito bem os políticos: por uma "sábida" gestão do tempo. Estamos na civilização do efémero: o que hoje é notícia do dia, daqui a duas semanas a ninguém lembra. A proliferação das revistas, profusamente ilustradas (para poupar texto?), especializadas no acontecimento da semana, dá bem a medida desta tendência.

Quem tem problemas permanentes sofre as consequências nefastas desta superficialidade. Se porventura o seu drama vier à ribalta, poderá ter a sorte de o ver resolvido; há então que aproveitar as ondas de solidariedade, e, tal como os surfistas, cavalgar bem na crista. Mas quem chegar cedo ou tarde demais, pagará cara essa dessincronização.

Vem este arrazoado a propósito da Lei (sim, Lei!) nº 15/2000 de 8 de Agosto, que manda rectificar as antiguidades dos antigos oficiais milicianos que frequentaram a Academia Militar, e que se encontrem na situação da reserva ou de reforma.

Ao leitor incauto, isto não diz nada.

Mas esta Lei baseia-se um problema talvez já esquecido, mas que de certo modo esteve na origem do 25 de Abril. O governo de então, carecendo de capitães para enquadrar as fornadas de Companhias que ia enviando

para África, e reconhecendo a escassez e cansaço de guerra dos quadros do Exército, teve a ideia de os fabricar a qualquer preço, incluindo ao arripio dos legítimos direitos de quem pelas fileiras vinha já deixando a juventude, a saúde e até a vida. Repetia-se a receita: hoje é importante, amanhã logo se vê. E foi a cegueira e falta de diálogo das chefias que levaram à tomada de consciência, por parte dos capitães, de que eram "descartáveis". O resto é História.

Primeira conclusão: uma problema que teve estas consequências é agora aparentemente resolvido sem que os "craques" do politicamente importante de tal se apercebam. Sic transit gloria mundi! (latim de sacristão).

Mas para melhor compreender este fenómeno, atendamos ao Artigo 2º da Lei. Nela são contemplados:

1. Os que tenham passado à reserva a seu pedido, ou por idade;
2. Os que tenham passado à reforma a seu pedido, ou por idade;
3. Os que tenham passado à reforma extraordinária;
4. Os que tenham adquirido o estatuto de DFA;
5. Os que tenham falecido.

Com um universo de aplicação destes, fácil é de compreender que se trata de uma Lei incolor, inodora e insípida: ninguém a irá

contestar, porque não prejudica ninguém. Diria mesmo que tem um sabor a título póstumo, e não só pela referência aos falecidos.

Então, se a Lei é pacífica, porquê nos demorarmos com ela?

Porque tem uma filosofia de fundo algo perversa. Não pela justeza, ou não, da Lei. Não é ela pacífica?

É pelo Tempo, aquele conceito de tempo que referi no último ELO. Esta Lei vem remediar uma situação ainda anterior ao 25 de Abril, e que aparece resolvida por fatalidade biológica. Reformaram-se uns, morreram outros: está sanado o problema.

E nós? Os que aguardam as contagens de tempo de serviço, a clarificação de conceitos

de serviço e campanha, da nova lei de acidentes da Função Pública, do Decreto-lei 134/97, dos prisioneiros de guerra, os militares de origem africana, as ajudas à terceira idade, o stress de guerra, etc., etc.?

Segunda conclusão: esta Lei vem levantar o espectro daquele conceito de Tempo que, combinado com a civilização do efémero, nos deve deixar inquietos: não irão as grandes questões, por falta de oportunidade, aguardar uma crista de vaga que pode não vir, e deixar as soluções para um futuro indefinido, nebuloso, distante... e com aquele sabor a título póstumo. Em que tudo se resolveu, enfim.

Enfim...

Nuno Santa Clara

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA
COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva e isenta, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados. Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar o essencial das mesmas.

Carta do Mês

Sem título

Desde já as nossas cordiais saudações.

Sendo o jornal "ELO", que o Ex.mo Sr. Director dirige, fonte de informação e ligação a todos os deficientes militares, sócios da ADFA e não só, dirigimo-nos com a forte convicção de que esta carta possa ser publicada neste jornal, porque para além de demonstrar todo o nosso apoio e solidariedade ao vosso sócio e nosso camarada de armas, Daniel Folha, aproveitamos também para desmascarar toda a grande mentira que o MDN arranhou para que ele não seja considerado DFA. Porque para além de todo o nosso apoio, a 20ª C. Comandos está disposta, se for preciso, a mobilizar-se como o faz, todos os anos para os seus convívios anuais, para neste caso em concreto, testemunhar em qualquer local que seja, contra a injustiça e mentira de que está a ser alvo este ex-combatente da Guerra Colonial em Angola, o nosso camarada e amigo e vosso sócio Daniel Folha.

No passado dia 27 de Maio deste ano, realizou a 20ª C. Comandos mais uma vez o seu convívio anual, desta vez na Figueira da Foz, para festejarmos o nosso regresso de Angola. Foi num ambiente de grande festa como é normal acontecer, sempre que nos reencontramos, e depois de revivermos o que foi as

nossas vidas ao serviço da Pátria, lá longe nessas terras longínquas, quer contando as aventuras por que passamos, quer apreciando as fotos que foram montadas em exposição para este convívio, onde nos dá a imagem do que éramos e do que somos.

A partir daqui, começa a verdadeira história desta carta, já que no decorrer deste convívio foi tema de discussão, entre todos os elementos da 20ª C. Comandos, o que realmente se está a passar com o nosso camarada Daniel Folha, visto ele ter sofrido um grave acidente de viação no decorrer de uma grande operação militar no Norte de Angola, acidente esse que envolveu mais dois militares que iam numa Berliet, tendo nesse mesmo acidente, falecido o Furriel Brito. O Folha e o Torres sido evacuados bastante feridos e em perigo de vida para o HML. E fomos nós, nas nossas viagens que os transportamos já que nem direito a meios aéreos tiveram, será que julgavam que eles morreriam e não valia a pena estar a ocupar um Héli? Tendo então os dois feridos que fazer o trajecto até ao HML no meio das correntes dos bancos do unimog, numa viagem de duas horas e já com o camarada Brito morto, assim se fez essa terrível viagem de emergência.

Mas o que nos revoltou à todos neste convívio, é a ingratidão, a injustiça e as mentiras

do MDN neste processo para com o Folha, senão vejamos.

O Furriel Brito faleceu, o Camarada Torres e o Folha sobreviveram, são DFA do mesmo acidente com estatutos diferentes porque se ao Torres é lhe reconhecido o estatuto de Deficiente em Campanha, ao Folha é considerado em Serviço, o que equivale que para o MDN, o acidente que o Folha sofreu é igual a qualquer acidente numa escola ou numa repartição do Estado, como se estar na Guerra fosse igual à descrição feita atrás. Por favor, não brinquem connosco, mas não fica por aqui e por isso é que denunciamos as mentiras do MDN que para não lhe dar o mesmo estatuto do Camarada Torres e a legislação lhe contempla, para situações deste efeito, projectam um acidente para o Folha que nada tem a ver com o acidente que ele sofreu. Meus amigos, isso é lamentável que aconteça, ainda por cima por parte da Instituição que nos enviou para a Guerra e estamos todos disponíveis para testemunhar em favor deste nosso Camarada, porque é uma vergonha, estar-se a combater uma injustiça com uma mentira e isso não pode acontecer num Estado democrático e de direito e ofende todos aqueles que viveram aqueles terríveis acontecimentos, naquele fatídico dia. Aproveitamos também, para lançar um alerta à ADFA. Instituição que muito admiramos pelo

muito que tem feito pelos mutilados da Guerra Colonial e por todos os deficientes militares em geral, quer na sua recuperação quer na sua inserção na Sociedade Civil, achamos que não podem admitir que existam no seio da vossa família, situações como as dos sócios desta Instituição. E se nada se fizer para pactuar com as injustiças que ainda prevalecem passados todos estes anos e em que nada dignifica quem as pratica e todos nós sabemos que a ADFA já demonstrou, ao longo destes anos, que tem força e argumentos para que as situações desta natureza não possam ocorrer com os associados deficientes dessa Guerra.

A 20ª C. Comandos, na pessoa de todos os seus elementos presentes neste convívio, exige que se apure a verdade e só a verdade para que a justiça e a igualdade seja feita ao nosso Camarada Folha.

Esta foto demonstra todo o ambiente da Campanha que aí se vivia e retrata o momento em que o Folha está a ser evacuado demonstrando o estado em que ficou, tendo no meio do percurso até ao HML, entrado em coma, o que nos levou a pensar que ele também tivesse falecido.

Domingos Silva
António Machado
Mário Almeida
Elio Oliveira

Tema Livre

Acabei de ler o ELO deste mês.

As considerações sobre o tema da sua rubrica "Tema Livre", "Tempo", são rematadas com uma frase que aborda o objectivo real de todos os que até agora nos governaram ou neste momento nos governam. Acho-a muito bem formulada: Atira com a suposição para o ar, mas as reticências no fim retiram o carácter hipotético da locução 'A menos que'. Porque é assim. Eles querem mesmo que assim seja.

Os políticos, na sua maioria, são hipócritas e mentirosos. As desmedidas regalias de que gozam, enquanto estão no poleiro e depois de lá sair, estão sempre em processo de actualização, no qual se procuram novos superlativos. O pensamento orientador é conseguir manter e melhorar a sua vida mais ou menos faustosa. E, no tempo que corre, aparecem mais políticos no seio da sociedade do que deficientes militares. Para aqueles, há em todo o tempo meios financeiros; para estes, não há interesse em arranjar legislação justa e soluções adequadas à reparação dos males que eles próprios, políticos, causaram. Os herdeiros dos que nos violentaram receiam que o pouco que nos tenham de dar lhes falte, para continuar a gozar da opulência derivada do poder herdado. E toca a adiar ad aeternum decisões legislativas - no fundo a manobra táctica da esfera burocrática, de desviar a atenção pelo cansaço de quem espera e acaba por esmorecer -, a recomendar - diria tentar impor - à população em geral medidas de restrição económica, ainda por cima com o descaramento de argumentar "que os

Portugueses gastam mais do que produzem". Será que há Portugueses mais iguais, à semelhança do que afirmavam, num contexto de governo, certas personagens de Orwell? De que servem os protestos ou lamentos habituais? Na paz cimentada pela ordem 'democrática', eles apenas se lembram do ditado dos cães que ladram... E viva a peluda e as jantaradas de lagosta, camarão e bife do lombo directa ou indirectamente às contas do Estado, etc., etc.

Mas será sempre assim? Não há de haver forma de fazer a caravana parar? De levá-los a pensar que, pelo caminho, lhes podem aparecer outros obstáculos não tão inofensivos como o barulho da canzoada?

José Costa

Saber esperar é uma grande virtude

Sim está nos livros que os velhinhos nos ensinaram. Mas uns esperam à sombra da bananeira, digo eu, outros já nas sepulturas. Todos morreram com um ai de esperança ou nesta promessa ou naquela e que nunca foi cumprida. Tem isto a propósito na tão badalada adição de tempo prestado e descontado para a Caixa Geral de Aposentações antes do serviço militar ao prestado e descontado a seguir ao mesmo na função pública.

Já li ou vi que o documento se encontra nas mãos do Sr. Director da CGA mas isto já lá vai meio ano. Li há tempos um artigo no ELO em que informava que se iria dar desenvolvimento de vários diplomas a aprovar ou aprovados. Ora meteu-se o congresso e "nikles", pois agora são eleições e resultados das mesmas.

O "carrasco" de espada em punho clama aos seus arautos: não poderá ser considerado para cómputo da nova pensão a que o aposentado venha a ter direito, o tempo de serviço anterior à primeira aposentação. (DL n.º 191-A/79, de 25/6) art. 80º do Estatuto da Aposentação, alínea 2. Precisávamos doutro "nosso Herói" como frisei numa carta minha ao "ELO", Dr. Veiga Simão. Em que o milagre das acumulações de pensões foi um êxito. Pois foi um senhor que exigiu que a coisa andasse. Meus senhores cada vez se nota menos humanidade entre as pessoas, pois estamos na hora dos tecnocratas em que só se vê números. Parecem os lobos famintos. Pobre de quem vai na esperança do amanhã.

Sem comentários.

Abel José Paulino Monteiro

"Les uns et les autres" Filhos e Enteados

Tive oportunidade de ver pela TV e fotos dos jornais que o Governo e a Oposição estiveram em peso nas exéquias dos militares recentemente falecidos em Timor.

Se me perguntam, até que fica bem ao País e à Nação que os Governantes eleitos pelo Povo português sejam solidários e apresentem as condolências deste mesmo Povo a uma família que tem a dor imensa da perda de um ente querido e, eu sei-o bem, porque também senti na pele essa mesma dor, como disse na ocasião o nosso Primeiro Ministro.

Ouvimos as palavras "doces de sabor amargo" sobre os que morreram honrando o

nome de Portugal e defendendo um País. Irão, ajudando no processo, ainda que lenta da sua libertação; morreram em missão humanitária mas, há sempre um mas, onde está a solidariedade deste Governo e desta Oposição nos funerais dos antigos militares da Guerra Colonial vítimas à "la longue" e da mesma guerra, os denominados Deficientes das Forças Armadas, e que estão vivos-mortos a sofrer no corpo e na mente as graves mutilações, sem seguros ou pensões de pensão de sangue para as famílias.

Lembro que este País livre existe, porque esses militares que não foram voluntários em missão humanitária, antes com a nobre missão de defender a Pátria Portuguesa pagaram com o corpo o gosto da LIBERDADE que hoje saboreamos.

Custa-me, e muito, a dor desses Pais que perderam os filhos; das crianças que ficaram órfãs; da mulher que perdeu o marido, me revolta-me ver tanta hipocrisia, ou melhor que se esqueçam os nossos heróis de há 40 anos...

Nem só de cifrões vive o homem. Também vive de conforto e de solidariedade. Ultimamente a vida tem-me confrontado com a morte de alguns conhecidos e amigos, na faixa etária dos 50 anos, Deficientes da Guerra Colonial, enviados para as ex-Províncias sob regime fascista, e a única coisa que vejo nos seus funerais é, por vezes, a Bandeira da Associação dos Deficientes das Forças Armadas sobre a urna.

Solidariedade sim, mas poupem-nos mágoa de sermos ex-combatentes da Guerra Colonial.

Alexandra Dantas

E assim aconteceu...

O associado Carlos Pinto Coelho, jornalista hecido do programa televisivo "Acontece", alugou a sua exposição fotográfica em Lisboa, no dia 20 de Outubro, com a presença do Presidente da República, num evento que reuniu personalidades das artes, do jornalismo e outras entidades oficiais num convívio acompanhado com música ao vivo.

António Carreiro, director do ELO, apresentou a ADFA no evento e ouviu a declaração de Carlos Pinto Coelho acerca da exposição.

Quatro vertentes, quatro ângulos fotográficos expostos nos dois andares da antiga praça, foram realçados pelo autor: "de um lado o grafismo, com a monocromia e a policromia, outro, as crianças, um tema preferido, e ainda a perspectiva do fotojornalismo e uma abordagem, "um ensaio" sobre o tema de Vasco da Gama e a Mulher, fotografada nas ruínas do convento alentejano de S. Cucufate."

"É muito mais fácil estar à noite em frente à câmara do que estar à vossa frente", confessou, com alguma timidez, o jornalista, caracterizando-se como "amador da fotografia."

O Presidente da República, Jorge Sampaio,



referiu ao ELO que "há no trabalho de Carlos Pinto Coelho, uma grande afectividade pelas pessoas e por aquilo que é o seu quotidiano, a sua alegria e sofrimento, pelo que é um trabalho muito interessante."

Depois da visita à exposição, Jorge Sampaio destacou as fotografias dedicadas às pessoas como as suas preferidas. •

R.V.



José Martins Maia

Olho da janela do meu quarto, a chuva caindo neste dia de Julho, esquecendo de repente que estamos em pleno estio. Vêm-me de repente à memória, os dias frios e agrestes dos invernos da minha infância, calcando o calçado o chão das pedras das ruas da minha aldeia. Lembro num chapinhar de recordações, o Fevereiro, pequeno mês do calendário, de tanto significado para mim e de tanta importância na minha meninice. O mês de aniversário de alguém que jamais esquecerei. Nos tempos de hoje, nos aflitivos momentos do dia a dia, no emaranhado nevoeiro de preocupações, é com ele que me converso. Não passam muitos minutos sem que o lembre, que o não veja e ouça. O sorriso, aquelas gargalhadas estridentes e puras, tão desmedidamente sinceras. As suas palavras tão rijas, ásperas e tão suavemente impiedosas e meigas ao tocarem-me. Os olhos pequeninos dum azul esverdeado, tal como o Mondego ao tempo beijando o nosso quintal.

Era católico, mas não daqueles de ir à missa por obrigação de regime. Ia quando me apetecia, por devoção!...

Ria-se do Salazar e dos políticos. "Sabem fazer umas coisas, falam muito bem, só para que lhes batam palmas. O povo não lhes liga e pensam que sim. Não entendem nada do povo e riem-se ao som das palmas. Estupidamente convencidos", costumava dizer. "Putá que os outros não se riem", escapava-se-lhe de vez em quando. E

olhava para mim envergonhadamente sério: "Oh rapaz, não ouviste nada. Olha a sopa na mesa." Eu olhava para ele de olhar obediente e cá dentro repetia: Puta que os pariu, puta que os pariu!... Um meigo murro no alto da tola, interrompia a interrogação. Que raio tem isto a ver com a sopa? Não muitos anos mais tarde, tive a resposta.

E ele ria-se, ria-se muito. Como eu gostava de o ouvir rir. Como eu adorava aquele sorriso.

Achava importante saber ler e escrever. Estudar? Sim. Mas ao mesmo tempo saber trabalhar a terra, plantar uma couve, mondar o arroz. Se assim não for, os livros são perda de tempo. Olhava-me como que procurando uma resposta. Há quem queira aprender a escrita para escrever às namoradas. Naquele jeito de andar tipo procissão, enxada ao ombro tal andor, parecia esquecer-se de mim: "Cartas às namoradas. As cachopas não querem cartas..." e dizia o que elas queriam! Eu meio desentendido baixava os olhos e corava!...

Foi na Guiné que soube da doença. Uma coisa sem importância, escrevi-me. Até ao último momento de vida, não perdeu aquele brilho no olhar. Aquele derradeiro domingo que o visitei na cama do hospital. Apertou-me com as últimas forças as minhas mãos e olhou-me: "Olha o meu Zé. O nosso furriel está aqui."

Pai

Tratava as meninas lá da aldeia com singular carinho. Todas eram Ritas. A todas sorria com ternura. Cumprimentava os pássaros e falava com as árvores, enquanto percorria diariamente quilómetros de lama, vigilante do arroz que nascia nos campos regados com o suor do seu rosto, misturando-se com as águas do Mondego. E naquela calma de freixos e choupos, sempre atento à corrente mais forte, saltando a água do seu normal trajecto, gritava para os outros: oh pá, olhem a água a fugir. De pá em riste, corria primeiro que os outros a pôr em ordem o que a água destruíra. "Que merda de homens estes", vociferava. E saíam vagas de asneiras. Se me atrevia a imitá-lo ralhava-me de imediato. "Que má educação é essa rapaz? Isto são palavras de homens!"

Espantava-me a sua polivalência e destreza. Tudo fazia. Da mais simples tarefa à actividade mais complexa. Conduzia o tractor, manobrava a máquina ceifeira, controlava os motores de rega, dirigia o pessoal trabalhando nos arrozais. Era o meu pai. O orgulho que eu sentia. Aquele homem moreno e magro, enlameado e descalço, calça coçada e arregaçada acima do joelho, labutando pelo caldo de cada dia. Era o meu pai. Olhava em redor e via o mundo curvar-se de inveja.

Contava-me à noite no calor do borrar, a história daquele povo com o nosso nome. "Somos Maias rapaz." E ria como ninguém.

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António Uamba

Associado n.º 1399
51 anos
Faleceu no dia
12/06/00



Residia no Serviço 6 do Anexo do Hospital Militar Principal, em Lisboa.

Luis Pereira

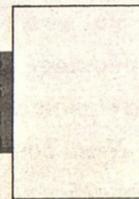
Associado n.º 677
46 anos
Faleceu no dia
21/03/99



Residia na freguesia de Fânzeres, concelho de Gondomar. Deixa viúva Capitolina Coimbra de Castro Pereira. Serviu na Guiné.

Luis Filipe Pinto

Associado n.º 149
49 anos
Faleceu no dia
31/08/00



Residia em Évora. Deixa viúva Cândida Maria de Albuquerque Fernandes de Oliveira Pinto.

Fitava-me mais sério. "Viemos das Américas, se calhar já fomos reis..." As histórias de cavaleiros, campos floridos à luz da candeia. As cantigas cantaroladas quase em sussurro, numa rude meiguice. Olhava a família reunida que a televisão não colonizou, a mesa, a broa e as tigelas da sopa. Aquele sorriso de homem bom. Não conheci ninguém tão puro, tão doce, tão generoso, tão valente e tão terno. Que vaidade sinto em usar o seu nome. Olho o horizonte, os campos do Mondego e vejo-o de pá às costas acudindo as sementeiras. Olhar de espanto: Que fizeram às árvores? Onde está o meu rio? Nos dias de maior cansaço... Gostava de te dar mais, mas não posso! Erguia-se pesadamente, despedia-se. Daí a pouco ainda madrugada o campo esperava-o. Decididamente feliz na pobreza, de porte altivo e digno, sempre descalço. "Gosto de sentir o chão que piso", galhofava sorridente. Em toda a sua vida conheci-lhe um par de sapatos para Domingos e feriados. Hoje, dia de Julho com chuva, sinto um afago no pescoço. Há quanto tempo o não sentia. Instintivamente olho para o alto. Na vez do azul, um infinito verde, horizonte de ervas campo e flores silvestres pássaros e árvores. Uma nuvem feita imagem que passa e sorri. Ar pálido e enfraquecido. Como conheço aquele sorriso!... No entanto, o aspecto é indestrutível. •

José Martins Maia



Colunáveis

Nuno Santa Clara

Neste recomeçar do conflito no Médio Oriente, parece-me curioso o alheamento de muitas cabeças tidas por bem pensantes. Apenas a inevitável subida do preço do petróleo parece ter despertado alguma atenção, mais ligada à discussão do Orçamento de Estado do que às causas profundas do problema.

Muita coisa mudou desde a Guerra do Golfo; já não se fala de uma cruzada anti-Sadam, mas da justiça e lógica das sanções ainda em vigor contra o Iraque. Também quanto a Israel, o que pode estar em causa é pura e simplesmente a sua sobrevivência; dito de outra forma, será que um Estado com capacidade nuclear aceitará a sua eliminação, sem retaliação?

Neste bombardeamento de informações e suposições, chamou-me a atenção o envio, pelo rei de Marrocos, de um avião carregado de ajuda humanitária para o Iraque. Não sei se isso deriva apenas da boa vontade do monarca, ou se é um gesto de apaziguamento face a uma facção integrista em crescendo. Importa é registar o facto, por não estar na linha da política externa até agora seguida por Marrocos, e registar também que passou despercebido do grande público, embora noticiado na TV.

Porque se o Rei de Marrocos tivesse decidido convidar uma princezinha das que por aí proliferam ou uma actriz em queda de audiência, então sim, o assunto seria notícia. Florestas teriam sido abatidas para imprimir, com esplêndida qualidade gráfica, as imagens do real campo de golfe ou da praia privativa...

Ou talvez não. Sejamos portugueses: o "Big Brother", versão nacional, destronaria o acontecimento principesco. Apesar de tudo, é mais real, mais próximo, mais vivida. Mais vivida... a vida alheia.



Director: António Carreiro
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 751 26 00 Fax: 21 751 26 10
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Secretário de Estado da Defesa Nacional visita a Sede "Queremos encontrar soluções"



"Tive oportunidade de concretizar este encontro com a ADFA para passar em revista os assuntos que constituem preocupação para a Associação", referiu o secretário de Estado da Defesa Nacional, Miranda Calha, depois de visitar a Sede Nacional da ADFA e a Quinta das Camélias, em Lisboa, no passado dia 25 de Outubro.

Relativamente às questões da contagem do tempo de serviço para efeitos de aposentação e da disparidade na atribuição dos graus de incapacidade pelas Juntas Militares e da Caixa, Miranda Calha salientou que o MDN pretende "estudar e ponderar as diversas soluções para esses problemas", havendo "toda a disponibilidade para encontrar os melhores caminhos para resolver esses e outros problemas."

Quanto à mudança da Tipografia da ADFA e

referindo-se ao projecto da Associação para a Quinta das Camélias, o secretário de Estado lembrou que "a ADFA é uma associação que tem desenvolvido um trabalho extremamente importante em defesa da situação dos deficientes das Forças Armadas, desempenhando um papel que o Estado não deixa de reconhecer pela sua relevância. Este projecto deve ser apoiado e desenvolvido, no sentido de vir a ser uma realidade no mais breve trecho."

Sobre os apoios possíveis com que a ADFA pode contar por parte da Defesa, Miranda Calha referiu que "passam por colaborações de diverso tipo, que incluem apoios financeiros necessários para o desenvolvimento deste projecto." Este princípio de colaboração entre nós para poder objectivar e concretizar estes projectos vai ser percorrido.

Durante a visita aos serviços da Sede, Miranda Calha contactou com a realidade associativa da Sede, dedicando alguma atenção às páginas da última edição do ELO, de passagem pela Redacção.

Depois de assinar o Livro de Honra, o secretário de Estado brindou ao futuro da ADFA e ouviu Humberto Sertório, presidente da DN, apresentar a posição discordante da Associação face à proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2001, em que "o Governo propõe que o conceito de deficiente para efeitos de IRS passe a abranger apenas os deficientes com um grau de incapacidade superior a 65 por cento, alterando o que vem sendo praticado há mais de 20 anos e uniformemente em toda a legislação."

Miranda Calha afirmou que a tomada de posição da ADFA foi bem recebida e que ainda se está a tempo de intervir. •

R.V.

DN apresenta nova proposta

Depois de tomar conhecimento da proposta do Ministério da Defesa para a resolução dos problemas originados pela aplicação do DL 134/97 (dos "capitães-coronéis") a ADFA enviou uma contraproposta ao ministério, onde se afirmou que na proposta de Defesa "continuam a subsistir graves injustiças que têm sido confirmadas pelas decisões judiciais dos tribunais em relação a processos de recurso apresentados individualmente por alguns associados."

Na sua tomada de posição a ADFA defende que "deverão ser eliminados do documento de trabalho em questão a referência à data de entrada em vigor do DL n.º 43/76, a expressão «não puderam optar pelo serviço activo» e o prazo de 120 dias a partir da entrada em vigor deste projecto de diploma."

"Somos também de opinião que deveria ser consagrado no futuro diploma a progressão nos escalões para as praças, de modo a obviar quaisquer interpretações restritivas sobre a matéria", foi referido na contraproposta da ADFA.

A ADFA reiterou a postura assumida em Julho de 1999, em que se defende a promoção dos militares postos a que teriam ascendido se tivessem permanecido no activo de todos os militares das campanhas iniciadas em 1961, e que pudessem beneficiar do direito de opção para o serviço activo. Também se defendeu que a concessão de praças deverá ser concedida a possibilidade de progressão até ao último dos escalões, sendo-lhe atribuída, para efeitos sociais e de assistência médica, a equiparação a 2º sargento, com efeitos a partir da data de opção das abrangidas na alínea anterior. •

Manifestação da Apoioar ADFA toma posição

Sobre a manifestação organizada pela Apoioar de Braga, em frente ao Palácio de Belém, passado dia 20 de Outubro, a Direcção Nacional da ADFA manifestou a sua discordância salientando, porém, não estarem em causa reivindicações de alguns ex-combatentes, pois essas também são reivindicações da ADFA nomeadamente no que respeita ao despistamento do stress de guerra e à contagem do tempo de serviço para ex-combatentes.

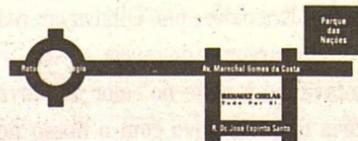
"A ADFA, de acordo com seus Estatutos, está ocupada com os problemas dos seus associados. Há outras instituições que deveriam intervir na defesa dos ex-combatentes e que ao fazê-lo, abrem caminho a outras organizações que, com menor experiência, estão sujeitos a aproveitamentos com os quais não nos revemos", referiu Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional. •



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m².
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desmanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA